

TRANSCRIÇÃO

S2510J2 - 03.09.14_Reun. Cons. Est.
de Saúde

25 de janeiro de 2016

PARTICIPANTES

Vozes masculinas não identificadas: M

Vozes femininas não identificadas: F

Alzira Almeida Saldanha, Ambrósio, Orlando, Jacildo, Marcione, Alzita, Ana Boabadi, Marlene, Cida, José Alves João, Silvia Tomaz, Maurício, Vera Lúcia, Evaristo, Maria Bergamasco, Rosalino, Verenice, Jessé, Vera, Sueli, Marcos Rogério, Maria Idair

TEMPO DE GRAVAÇÃO

04 horas 23 minutos 55 segundos

MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO

Padrão

LEGENDA

... → pausa ou interrupção.

(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.

(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

(palavra) → siglas ou nomes próprios.

(INÍCIO)

[00:02:22]

Alzira Almeida Saldanha: Boa tarde a todos, vamos dar início à nossa reunião, a conferência de quórum já está feita, e podemos entrar direto no expediente relevante, nós temos a justificativa de ausência da representante do (COSEMS), do (Fernando) do conselho de farmácia, e o secretário estadual de saúde, que ligou agora, justificando a ausência que ele tem uma agenda com o ministério público federal, cujo assunto é o hospital central, e ele não conseguiu desmarcar. Justificou a sua ausência e ficou de mandar, posteriormente para o conselho, informações a respeito dessa negociação. Desculpa, o (Fernando) representa o conselho de veterinária, que justificou a sua ausência via e-mail. Né? Expediente

relevante nós temos, o que, que é isso? Nós temos o memorando 179 da superintendência das políticas de saúde, eu vou ler para vocês, tendo em vista o processo de pactuação de diretrizes, objetivos, metas e indicadores 2014, 2015, e a necessidade de discussão, avaliação e deliberação junto a esse conselho, em reunião com a comissão de planejamento, orçamento e finanças do Conselho Estadual de Saúde de (Mato Grosso), ficou acordado que será realizada uma reunião extraordinária, para diálogo e esclarecimento no mês de setembro, e uma reunião extraordinária para deliberação no mês de outubro, então estou entendendo, que sejam duas solicitações previamente agendado com a comissão de orçamento e finanças de duas reuniões extraordinárias, respectivamente para os meses de setembro e outubro. Quem está solicitando é a superintendência de políticas tá? O assunto... Do (SISPACTO). Já li, ficou acordado com a comissão de orçamento.

Ambrósio: Só para melhor esclarecimento, (Ambrósio), eh, essa reunião está pedindo duas extraordinárias com a comissão?

Alzira Almeida Saldanha: Não fala. Oh, o ofício diz em reunião com a comissão de planejamento, orçamento e finanças, ficou acordado que será realizado uma reunião extraordinária. É com o conselho. Para diálogo e esclarecimento no mês de setembro, e outra reunião extraordinária para deliberação no mês de outubro. São duas reuniões extraordinárias, respectivamente nos meses de setembro e outubro, uma para explicação, outra para deliberação. O tema, é o processo de pactuação de objetivos, metas, e indicadores 2014/2015.

Ambrósio: Ainda assim, não fiquei contemplado, desculpa, não estou contemplado, me faz esclarecer a comissão ou a superintendência de política, porque uma deliberação junto com a comissão.

Alzira Almeida Saldanha: A comissão de planejamento e orçamento por favor.

Ambrósio: A outra é deliberação, é para o pleno.

F: Não chegou ninguém da superintendência ainda não né?

Alzira Almeida Saldanha: Não.

F: Eu posso explicar?

Alzira Almeida Saldanha: A comissão gostaria de esclarecer?

M: O texto eu acho que recusa ser explicado pelo superintendente.

F: Eu posso explicar. Conselheiro, a nossa superintendente que é a (Lucinéia) ela teve que ir para uma outra reunião, ela apresentou já para a comissão, o (SISPACTO) que são aqueles indicadores que todo ano a gente tem que pactuar, e para não ter problema como a gente teve nos anos anteriores, que isso chega no final do ano, o ministério da saúde encaminha no final do ano, a gente já decidiu fazer bem antes. Então nós, ficou decidido em duas reuniões, uma para apresentar uma extraordinária para apresentar para o conselho como é que vai ser feito tá, e a outra reunião para vim, que aí não precisaria ser extraordinária, poderia ser uma reunião ordinária, para aprovação ou não do (SISPACTO).

Alzira Almeida Saldanha: Então é pedido de pauta (inint) [00:07:37].

F: Entendeu? Porque numa reunião ordinária não daria para a gente só trazer aqui pronto, e a maioria dos conselheiros não conhece como é elaborado o (SISPACTO).

Alzira Almeida Saldanha: (SISPACTO), processo de pactuação de objetivos, metas e indicadores.

Ambrósio: Vou ser incisivo e vou parar por aqui para discussão. Vai entrar, o trâmite é normal, discute-se nas comissões, as comissões emitem o parecer, vem para o pleno, o pleno delibera, em cima do parecer, devido às explicações do corpo técnico. Esse é o fluxo. Primeiro vai para a comissão, faz as explicações, depois vem para o pleno para deliberação, são duas reuniões, é isso que eu estou discutindo, não estou vendo como duas reuniões para discutir (SISPACTO), eu acho interessante, cada comissão tem a sua particularidade, tem que discutir os seus indicadores juntamente com cada comissão. Para isso tem que funcionar as comissões, senão não tem por que ter as comissões.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiro (Orlando).

Orlando: Eh, embora seja expediente relevante, né, não dá para fazer debate, o seguinte, na realidade, do cotidiano, o esclarecimento das comissões, inclusive, não importa se é de orçamento ou outra, de melhor entender a situação da secretaria. A gente não vai detalhar aqui que não vai dar tempo, mas não só questão de pessoal, como quais os insumos que tem que considerar como recurso da saúde, então precisava ter uma dinâmica, precisava não, precisa ter uma dinâmica, uma metodologia para facilitar, essa é a ideia, agora eu não me lembro porque duas, uma extraordinária e a outra ordinária, eu não entendi porque ficou marcado duas reuniões.

F: Eu gostaria só de lembrar a esse pleno, que eu concordo com (Ambrósio), e isso está escrito no regimento interno, tem que passar pelas comissões, as comissões que fortalecem o pleno, e gostaria de chamar mesmo a atenção dos conselheiros. Que infelizmente, nossos conselheiros não estão participando, ser conselheiro não é sentar nesse pleno no dia da reunião ordinária, extraordinária. Ser conselheiro precisa trabalhar, ser conselheiro precisa buscar indicadores, nós estamos aqui com os indicadores hoje da saúde mental, nós temos que visitar os hospitais, nós temos que cada comissão fazer a sua tarefa. Não adianta, como nós estamos funcionando o conselho estadual de saúde, com meia dúzia de conselheiros, e cadê os outros 30, 40 conselheiros? Aonde andam? Porque é muito fácil falar, ah, eu sou conselheiro estadual de saúde. Mas não trabalha. Porque vir aqui deliberar o que nem sabe, eu acho que nem deveriam vir. Vocês me desculpem, quem não participa do controle social e só vem aqui no conselho para votar o que nem conhece a fundo. Eu fico indignada, indignada porque nós participamos desse movimento do controle social há anos, como muitos aqui, muitos deixam seus afazeres, deixam de viajar e tudo, para estar trabalhando. Você vê, nós temos a comissão de monitoramento e cooperação técnica, gente, cadê os conselheiros? Nós estamos com 4 conselheiros disponíveis, a viajar, e essa comissão é um indicador de como que estão os hospitais, por exemplo, de (Mato Grosso), como que está o hospital de (Alto Floresta) que está em fase de estadualização, como que estão às unidades, tá, porque isso aqui é desabafo gente, porque o conselho estadual não vai funcionar enquanto os seus representantes não tiverem responsabilidade social com a saúde pública.

Alzira Almeida Saldanha: No expediente relevante, se o conselheiro acha, se o conselho acha que tem que cumprir o regimento, então o que se pode fazer é, a sugestão de deliberação, é que mantenha o regimento, o conselheiro que estiver interessado pode ir fazer parte da reunião da comissão de planejamento e orçamento junto com os representantes da política. É só, meu entendimento é esse, não sei se é o de todos, é só agendar previamente essa reunião que vai ser tratado né, não, estou falando agendar previamente para que todos os conselheiros que se interessarem possa ir, e ser esclarecidos para votar na pauta da reunião seguinte ordinária, que é outubro, pode ser encaminhado dessa forma? Todos concordam? É simplesmente cumprir o regimento não é? Se, a Conselheira (Marlene) está dizendo que acha que vai ser difícil. Se for detectado que há dificuldade no entendimento, aí faz-se uma nova tomada de decisão, eu entendo desse jeito. A comissão encaminha, faz o encaminhamento necessário. Como já se tem previamente de que é algo complexo, pode agendar com bastante antecedência da reunião de outubro. Quanto mais rápido, melhor, para que tenha tempo hábil, de esclarecer todas as dúvidas. Podemos continuar? Mais algum?

F: Boa tarde a todos e a todas. Eu tenho alguns expedientes relevantes para falar para vocês. Nós estamos em época de eleição, e publicamos uma reunião, assembleia geral extraordinária, uma síntese que foi publicada no (Diário Oficial), então a gente tornou-se público e foi eleito, nós tivemos 3 chapas inscritas né, para concorrer ao (SISMA), o lutando juntos venceremos sempre, com a presidência, (Aparecida Silva Rodrigues), o unidos para a nossa carreira e por amor ao (SUS), como presidente (Oscarlino Alves Júnior), reage (CES), renovação já, como presidente (Carlos

Mesquita de Magalhães), nessa reunião, nessa assembleia saíram também os membros da comissão eleitoral, que são eles eleitos pelos presentes em assembleia, (Luís Carlos Campos Borges), (Luciene Otílio Zeferino da Silva) e (Fernan Hudson Costa Coelho), e saiu também da assembleia, membros representantes para cada uma das chapas. Na chapa 1, ficou (Joílson Frederico Ferreira dos Santos), lá do (CIAPS Adauto Botelho), na chapa 2 (Rafael Meira), e na chapa 3 (Janaite Matildes Sampaio). Isso é um expediente. O outro expediente que é muito interessante que a gente recebeu hoje, foi do ministério público do trabalho. Nós encaminhamos as solicitações que os nossos filiados nos encaminharam, a respeito da situação caótica, onde se encontra o nível central. Óbvio, aqui o (CISMA) vem sempre falando que nós temos todas as unidades sucateadas, e do nível central também não foge à regra. Então a doutora, procuradora do trabalho (Marcélia Silveira da Silva de Assis), nos pediu informações e nós vamos dar, qual a real situação, se hoje ainda continua o nível central da forma em que se está. Banheiros, corredores, etc., outro expediente relevante que a gente tem que dar para vocês, e mostrar para todos os conselheiros, que nós recebemos também da procuradoria, do ministério público uma das solicitações que nós fizemos dentre muitas, para o Doutor (Alexandre de Matos Guedes), a respeito da situação do (Adauto Botelho) do fechamento do pronto atendimento. Então ele nos colocou, nós colocamos a matéria no site, inclusive, condenou o estado a pagar uma multa, e em outro processo, o estado recorreu. O terceiro expediente relevante é em relação à assiduidade. A portaria da assiduidade, gente, na portaria de assiduidade que a gente trabalhou junto com a superintendência de gestão de pessoas, e também com alguns secretários adjuntos, dentre eles a (Marlene), foi republicada no dia 20/08/2014. Mas

veja o que, que está acontecendo, mesmo com essa portaria republicada, os servidores estão descontentes, recebiam a média de 60 telefonemas entre ontem e hoje, porque eles foram retirar o espelho do seu ponto, e no espelho conta como faltas injustificadas de dias trabalhados. E o último expediente relevante, a gente quer cobrar, mas infelizmente, né, a gente quer cobrar do gestor, o processo que foi para auditoria geral do estado, em relação à alteração das 30 para 40 horas dos nossos servidores que ficaram para trás, muito obrigado.

F: No assunto relevante foi inscrito conselheiro (Jacildo). 3 minutos conselheiro.

Jacildo: Boa tarde a todos, para quem ainda não me conhece eu sou coordenador de plenário do conselho estadual, dos conselhos aqui do estado do (Mato Grosso), e eu quero aqui, venho de antemão aqui agradecer aos membros desse conselho, que tiveram afinco na nossa plenária que nós tivemos há poucos dias atrás aí, então eu quero agradecer por demais o empenho dos conselheiros, no qual estive conosco participando, e assim, foi bastante atribulado, mas felizmente a gente conseguiu passar a informação que era para os nossos conselheiros do estado de (Mato Grosso). Uma outra situação, para o mês de novembro nós estávamos previstos para ter a 4ª plenária da região centro oeste, estava agendada para o mês de novembro, mas o membro do conselho estadual do (Mato Grosso do Sul), aonde seria realizado, na reunião deles lá do 283ª, em 29 de agosto agora, eles deliberaram a suspensão das atividades do conselho estadual de (Mato Grosso do Sul), até por questão e falta de gerência mesmo, tá certo? Então assim, isso já serve de modelo né, está dada a dica. Então assim, então estava programado para o mês de

novembro essa plenária, mas felizmente foram suspensas as atividades do conselho estadual do (Mato Grosso do Sul) e nós estamos sem data definida ainda para acontecer esta plenária que estará sendo em (Mato Grosso do Sul) e posteriormente será no (DF) e depois vem para (Mato Grosso), nós estamos nessa discussão. Então assim, eh, volto a agradecer de novo aos conselheiros estaduais que participaram da nossa plenária, e assim, a gente pede para os próximos eventos onde o conselho estadual esteja promovendo, que os nossos conselheiros tenham um pouco mais de responsabilidade de estar participando das nossas atividades. Porque foi feita uma plenária para os conselheiros, e muitos conselheiros não participaram. Então assim, é importante essa participação, até por conta da forma que os conselheiros estaduais estão sendo vistos pelos conselheiros municipais do estado do (Mato Grosso), então nós temos que ter um pouquinho mais de responsabilidade de estar dando essa resposta para os nossos conselheiros lá no município.

F: Conselheiro (Marcione) também tem um assunto relevante.

Marcione: (Marcione), segmento usuário, representante da Associação Mato Grossense Deficiente (inint) [00:22:09], primeiramente dizer que a partir de junho desse ano nós fomos eleitos Conselho Estadual de Direito da Pessoa com deficiência e hoje, especificamente semana passada e hoje estivemos in loco no (Centro de Reabilitação Dom Aquino Correa), assim como a saúde do estado todo, lá está gritante, as dificuldades, tanto financeira, de aparelho e tudo, até aferidor de pressão estava em falta, a piscina tem mais de 5 meses que não está funcionando, banheiro deteriorado, insalubre, é grave, gravíssima a situação lá, então a gente não, aproveitando esse ensejo, não sei se é o momento, mas acredito que todo

momento, oportunidade que a gente tiver de expor, as dificuldades e buscar soluções para isso, a gente deve fazê-lo. Outro assunto que é também, bastante preocupante, que lá mesmo no (CRIDAC), tinha uma senhora que estava a procura de fraldas geriátricas para o filho dela, e disse que em (Cuiabá) não tem, e não está sendo distribuído nem pelo (SUS) e nem para comprar tem, é? Essa foi a informação que ela nos passou hoje, inclusive, tem telefone, tem tudo, ela disse que nem para comprar ela consegue. Mas no (SUS) não tem, essa é a realidade, e tem a, salvo engano, salve o melhor juízo, tem a obrigatoriedade dentro de determinadas situações de oferecer. No momento é isso, agradeço a oportunidade, muito obrigado.

F: Boa tarde à todos e à todas, reforçando o que o (Jacildo) falou sobre a plenária né, eu acho que teve mais participação de não conselheiros ativamente na plenária, do que dos conselheiros estaduais né? Eu acho que a gente tem mesmo que falar porque é um gasto, foi um gasto grande né, e é dinheiro público, é dinheiro nosso. Então eu acho que para os próximos tem que haver empenho e participação sim né, porque a plenária é para os conselheiros, aí vem os conselheiros de fora, e os conselheiros estaduais não vão, não participam né, é assim, um pouco meio vergonhoso para nós conselheiros estaduais. Ah ele está perguntando se houve justificativa da falta dos conselheiros estaduais? Não teve né? Só que eu fiquei assim, que eu sei que justificou foi o (João) que estava com cirurgia marcada, o (João Dourado) aí os demais...

Alzira Almeida Saldanha: A Conselheira (Elisabete) disse que estaria viajando.

M: ...justificativa verbal na verdade, eu porque, suplente eu estava em viagem, já tinha viagem programada para na época, e o titular também. E enfim, mas eu aceito o desabafo de vocês, e a gente vai se programar melhor, mas já tinha um compromisso, lembrando que essa é a minha segunda reunião também não vou, estou, obrigado.

Alzira Almeida Saldanha: Eu gostaria também de fazer, no expediente relevante, de lembrar os conselheiros, primeiro, com meu pesar com a pouca participação dos conselheiros, e espero que essa seja a última não participação, e que de hoje em diante a gente retome esse conselho, e estejamos lá dentro para que a coisa possa fluir não é? E um segundo ponto, é que nesse período de 1º a 7 né, todo (Brasil) está aí unido em torno de um plebiscito popular não é, para uma constituinte, para mudança da política vigente. Nós trouxemos aí, tem duas urnas, e eu gostaria que todos participassem. Porque tem oportunidade, se está satisfeito de dizer não, e se está insatisfeito de dizer sim, se quiser mudança. Eu gostaria que todos participassem que isso é um ato de cidadania né. Também no (Maria Conselheira) tem lá um link para poder fazer, votar, mas era importante que todos que aqui estivessem aproveitassem a urna e votasse, e espalhasse isso no seu entorno e nas suas entidades, para que tenha uma votação expressiva em (Mato Grosso), obrigada. Encerrado o expediente relevante, ponto de pauta. Conselheira (Alzita).

Alzita: Eu queria pedir inversão de pauta, respeitando todas as pautas aqui, mas a 3.7 por exemplo, por nós termos prazo também, a apresentação, discussão, deliberação da implantação da mesa estadual de negociação permanente, lembrando aqui que nós já estamos atrasados, há mais de 6 anos. E a outra inversão também eu gostaria, que é de extrema

importância, repito, não desmerecendo as outras, é o (PTA) de 2015. Aí, eu proporia, entendeu, ficar a 3.1 sim, a 3.2 seria o 3.7 para 3.2 e o 3.8 como 3.3. Então tá, votando separado, sugeri a inversão de 3.7 primeiro. E depois a inversão do 3.8.

Ambrósio: Eu quero me posicionar, Conselheiro (Ambrósio), Fraternidade Cristã, usuário. Questão, nós temos há tantos e tantos tempos com pauta que está sendo ficada, nós não conseguimos enxugar as pautas, as pautas ficam então, por regimento ele deveria vir como primeiro, e essa primeira geralmente joga-se novamente para baixo, depois mais para baixo, e aí vem outras relevâncias, outras prioridades, e esse vai e vem é uma prerrogativa nossa, de cada conselheiro pedir, (inint) [00:29:37] eu estou pedindo, eu estou me respaldando...

Alzita: Por isso conselheiro, eu estou pedindo, desculpa, mas eu estou pedindo inversão de pauta justamente por causa disso.

Ambrósio: Mas eu estou me respaldando, para que se sente uma comissão, se faz os planejamentos, tem a mesa, tem as comissões, tem os conselhos aonde vem para essa mesa, para as pautas, aí nós viemos aqui depois, modificamos, fazemos as devidas modificações. Porque, que não podemos ser mais objetivos com as pautas? Eu acho que (inint) [00:30:02].

Alzita: Por isso que eu pedi autorização para inversão de ponto de pauta uai, se vai autorizar ou não.

Ambrósio: Essa pauta 3.1 eu sei que vai para votação, e aqui é o pleno, essa pauta 3.1 tem (inint) [00:30:44] 3 ou 4...

Alzita: Vai para o pleno deliberar conselheiro.

Ambrósio: Eu sei, é a minha...

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiro, a gente tem a opção de voto, então podemos...

Alzita: E outra coisa presidente, eu não estou pedindo que a 3.1 fique 3.2, eu estou pedindo que a 3.7 fique 3.2.

Alzira Almeida Saldanha: Então vamos colocar em regime de votação?

Alzita: Eu queria fazer outro encaminhamento, que na última reunião, ficou deliberado, inclusive eu tive que sair adiantado, que ficaria incluso nesta pauta que não está, a questão da comissão externa, da organizações sociais, e não está aqui tá? Recomposição permanente, não está, e a nossa proposta é outra, não é recomposição, é extinção.

Alzira Almeida Saldanha: Então nós temos 3 encaminhamentos, o primeiro, vamos votar em separado para não haver confusão, conflito. O primeiro é inversão de pauta, o item 3.7 passa a ser item 3.2 quem concorda permaneça como está. Quem discorda... quem concorda permaneça como está. Quem discorda levante a mão, por favor. 1, 2, 3, 4, 5, 6.

Alzita: Só questão de esclarecimento, como eu sou suplente da presidente, não se vota no regimento interno, acabou o voto do (inint) [00:32:19] das mulheres aqui.

Alzira Almeida Saldanha: Aprovado, com 6 votos contrários. Que vai haver né? Conselheira (Alzita), a outra sugestão, a outra solicitação é que o item 3.8 passe a ser...

Alzita: 3.3.

Alzira Almeida Saldanha: 3.3, então vamos lá.

M: Questão de ordem, só para informação que a responsável pela apresentação do (PTA) não está aqui no momento, se a gente fizer a inversão corre o risco de estar prejudicado. Tá, o 3.3 o pessoal já estão aqui, inclusive é a terceira vez...

Alzita: Então eu retiro, eles não estão aqui na reunião?

M: Não, aí o 3.3 tem que ser mantido.

Ana: Então tá, então aí permaneça o 3.3 e o 3.8 eu vou retirar porque não tem a parte técnica aqui para apresentação do (PTA), ok? Não chegou ainda...

Alzira Almeida Saldanha: A outra solicitação da conselheira (Ana)...

Ana: ...diante da gravidade dessa situação, dessa discussão externa, eu acho que deveria ser o primeiro ponto de pauta. Todos os conselheiros receberam material sobre essa comissão externa das (OS's).

Alzira Almeida Saldanha: Então eu entendo que, me corrijam se eu estiver equivocada, primeiro, nós temos que definir a inclusão da pauta, e em segundo momento...

Ana: ...foi um erro do, da organização do conselho não ter colocado. Porque na última reunião tinha essa pauta né, e foi deliberado para esta reunião, como se falar, aí incluí outro, essa já não é uma inclusão, eu estou solicitando o reparo do erro da pauta.

Alzira Almeida Saldanha: Bom, vamos...

Ana: ...inclusive eu até colocaria, que a mesa diretora não é função dela diante do regimento organizar pauta. Porque a pauta ela tem que ter a

sequencia, a secretaria geral, mas como a nossa secretaria geral é novinha, tá recém-chegada, então o erro é da mesa diretora.

Alzira Almeida Saldanha: Eu acho até bom que isso aconteça, porque historicamente, a gente tem observado que os pedidos de pauta, eles vem de maneira oral, então eu acho que seria muito interessante, de bom tom, que todas as solicitações de pauta viessem por escrito para evitar esse tipo de equívoco né, que confunda a ordem. Como manda o regimento.

Ana: Essa retratação que eu solicitei à mesa diretora, foi feito por escrito, por e-mail.

Alzira Almeida Saldanha: Foi feita por e-mail? Bom, vamos averiguar, e diante da situação, fica a inclusão de pauta já que ela não está aqui, ela não consta né, então eu quero solicitar, vamos fazer a votação da inclusão desta pauta de extinção da comissão de contratualização, comissão externa né...

Ana: É, nós não temos direito de extingui-la, é o conselho, tem que esclarecer, deixa eu falar, é, o conselho, então o conselho estadual de saúde, quando votou para a metodologia (OS), a lei 150, paralelamente a questão, seguindo a lei, organizou mais uma comissão além da lei. Que é uma comissão externa, oi? Sim, a comissão está dentro do contrato de gestão. Este material foi para vocês, está tudo escrito bonitinho, então, e essa, como eu já, eu faço parte da comissão de orçamento, planejamento, e durante esse tempo todo, esses mais de ano, não chega contrato das (OS), não chega aditivo das (OS), não chega prestação de contas das (OS), a gente verificou que estava acontecendo alguma coisa errada, e aí nós participando desta, adentramos à essa comissão, por deliberação desse pleno, eu como titular, e a conselheira (Alzita) como suplente, a (Marlene) assumindo e a (Siriana), verificamos que tinha muitos erros na comissão no

qual está nesse relato que eu não preciso mais ler, porque já está agora em mão de vocês, e o que, que está comissão faz? Ela faz um erro...

M: ...só questão de ordem.

Ana: Quem pediu questão de ordem?

M: Eu pedi, porque nós estamos debatendo o assunto, e aqui só para passar inclusão de pauta, e aí então apresenta, põe em discussão na hora. Ah tá, só esclarecendo, (inint) [00:37:57] entrando na discussão da pauta.

Ana: O conselho não sabe por que não, porque foi, está no e-mail de todos vocês, secretaria geral mandou para vocês esse documento aqui, infelizmente tem gente que não está nem lendo.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheira, não teve tempo hábil...

Ana: Para ler?

Alzira Almeida Saldanha: Foi enviado ontem.

Ana: Poxa vida.

Alzira Almeida Saldanha: Foi enviado ontem, não teve tempo hábil.

Ambrósio: Vou pedir questão de ordem, estava parado aqui, o conselheiro pediu mas não foi ouvido. E eu acho que é pertinente o que ele pediu, primeiro retoma aquilo que é de direito, a pauta tem que estar aqui em função de que na anterior estava, e não deu tempo hábil para votação, ela deveria estar no corpo, aqui presente, não está. Então vota-se para que ela esteja, e depois, a posteriori se der tempo, e provavelmente para que possa deliberar, teria que dar todas as informações, e eu confesso que eu não a li, me sinto prejudicado em votar, e aí eu gostaria que tivesse a inclusão de pauta, votasse, nem inclusão de pauta, era estar aqui, colocasse inclusão de

pauta e a gente continuasse a nossa pauta, que nós não vamos ficar discutindo in loco.

Ana: Oh, tem um problema, eu peço para me retirar dessa comissão, e o conselho estadual de saúde vai se responsabilizar por esta gravidade.

F: E aproveitando a fala da (Ana) eu também não quero mais participar dessa comissão. Porque não tem razão de ser (Ambrósio), esta comissão não tem razão.

Ana: Essa pauta da reunião passada conselheiro, nós não estamos pedindo.

M: Só votar, só votar a inclusão não, da pauta.

Ambrósio: Pessoal, eu não estou contra isso não, eu estou pedindo para que se coloque (inint) [00:40:09].

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiros, conselheiros, por favor, por favor. Vamos colocar em votação, a inclusão da pauta em relação à este, das organizações sociais. Quem concorda com a inclusão permaneça como está. Quem discorda, se manifeste, por favor. Aprovado por unanimidade. A conselheira solicitou inversão? Para o primeiro ponto de pauta. A conselheira (Ana Boabadi) solicite que este ponto de pauta, seja o primeiro ponto da pauta de hoje. Quem concorda, permaneça como está. Quem discorda, se manifeste. Abstenção? Uma abstenção do conselheiro (Ambrósio). Aprovado, podemos entrar na pauta, primeiro ponto de pauta...

Ambrósio: Vamos ver a ordem da pauta?

Alzira Almeida Saldanha: A ordem da pauta? Ficou 3.1 a comissão, a exclusão, sim, foi isso que foi votado conselheiro.

Ana: Mas presidente...

Alzira Almeida Saldanha: Foi isso que foi votado.

Ana: É isso mesmo aí...

Alzira Almeida Saldanha: 3.1 foi votado agora, e aí todos os outros pontos descem, não tem outra forma de fazer isso.

Ana: Tá, presidente, presidente eu lembrei de outra coisa aqui tá, o 3.4 estão pedindo exclusão, então nós vamos pedir exclusão desse 3.4, foi uma apresentação que a (Mércia Silva) fez de um trabalho que ela realizou, e como ela tinha feito essa dissertação, a gente tinha solicitado no pleno para que ela apresentasse, mas aí como pelo adiantado da hora, entendeu? E a gente já conhece o trabalho, para não prejudicar as outras pautas, ela me autorizou a retirar.

Alzira Almeida Saldanha: Então nós ficamos assim, 3.1 a inclusão da pauta feita agora da comissão, 3.2, apresentação, discussão e deliberação, da ouvidoria, 3.3, apresentação, discussão e deliberação sobre a implantação da mesa estadual de negociação permanente, e a continuidade das demais pautas...

Alzira: ...não, 3.3 apresentação, 3.2 (inint) [00:43:07].

Alzira Almeida Saldanha: Não gente, sim. Gente, por favor.

Alzira: Essa 3.2 desaparece então, porque é a inclusão da pauta da (Ana) é isso.

Alzira Almeida Saldanha: Gente, vamos prestar atenção, 3.1 é inclusão de pauta, 3 ponto, vai descendo normalmente, quem era 3.1 ficou 3.2, quem era 3.2 ficou 3.3, é na sequência.

F: 3.2 não ficou a mesa de negociação?

Alzira Almeida Saldanha: 3.2 ficou a regulação, a fila reprimida, é sim.

F: É, 3.2 vai ficar a 3.7, a mesa que a conselheira (Alzita) solicitou.

Alzira Almeida Saldanha: Então ficou inverso, ok. Então 3.1, quem vai falar sobre a extinção da comissão, a respeito da comissão, conselheira (Ana), conselheira (Alzita), quem vai falar? 10 minutos conselheira.

Ana: Boa tarde, (Ana Boabadi), eu estou muito ansiosa com essa comissão, fiquei com medo, porque eu sempre procurei ser íntegra, e de repente, eu vou ter que pagar o que eu não devo. Essa comissão foi uma comissão criada após o conselho estadual aprovar a metodologia (OS), é uma comissão que não estava dentro da lei 150 né, ela foi criada paralelamente, e assim, fazendo um apanhado geral, essa comissão, ela deixou de ser comissão, porque a comissão não é deliberativa. Não é? E na lei 150 remete esses contratos, essas análises, toda para o controle social né, a comissão remete ao gestor, e o gestor remete ao controle social. Então o que, que aconteceu ao longo desses anos das (OS's) em (Mato Grosso), (SUS)? A comissão remetia ao gestor, o gestor remetia à esta outra comissão, que tinha assento do Conselho Estadual de Saúde. Então essa comissão passou a ser deliberativa, fazendo o papel deste pleno, ilegalmente fez isso né? E durante esse tempo, a gestão tocou-se o bonde, com respaldo de uma comissão. E não de um pleno de controle social. Olha, juridicamente a ilegalidade. Diante da não remessa de prestação de conta para a comissão de orçamento e planejamento, eu fiquei muito angustiada, e fui em busca de saber onde que estava. Ah tem uma comissão. Mas essa comissão tinha a princípio, até ele está aqui ali presente, conselheiro (Antônio), depois teve a conselheira que hoje é secretária adjunta do município, Doutora

(Iracema), esta me falou que não participou de nenhuma reunião, porque não e reuniu, há muito tempo não se reunia, e assim que a (Marlene) assumiu o lugar que ocupava a antiga gestora, (Conceição), nós assumimos também, eu e (Alzita), e nós fomos para a primeira, segunda, e fomos vendo as ilegalidades, solicitamos o parecer jurídico, é muito extensivo, mas está muito bem sintetizado, pela nossa colega aqui que é especialista em organizar documento, (Siriana), então o que, que nós pedimos? (Alzita) já pediu, eu peço também, que o conselho estadual não só nós, sairmos da comissão, mas que o conselho estadual não indique nenhum conselheiro para essa comissão. Essa comissão ela burla o controle social. Ela veio lesando o conselho ao longo desses anos, e é uma questão muito grave, inclusive eu não sei em documento, mas fiquei sabendo que o tribunal de contas mandou uma multa para essa comissão, eu não fazia parte. Fiquei muito preocupada porque o que eu tenho e com muito sacrifício, e eu não quero dar nada que eu tenho porque o sacrifício né, e nem se dou conta de pagar tanto dinheiro. Então a minha ansiedade é o seguinte, eu solicito a minha retirada da comissão, e oriento, peço à esse conselho, que saia, mande um documento para a gestão, saindo da comissão, justificando todos esses motivos que vocês conhecem. É, a extinção nós não extinguimos, porque a comissão é da gestão, mas se o conselho sair da comissão, eles não vão poder mais usar, usar, esse espaço como se fosse o conselho estadual, porque o conselho estadual é isso aqui, comissão nenhuma é de conselho estadual. Comissão ela é propositiva, agora deliberativa, é o controle social aqui, posto. É o pleno. Muito obrigada.

M: Eu quero um esclarecimento.

Marlene: (Marlene) da gestão, quando foi montar, elaborados os contratos de gestão, dentro desses contratos de gestão previa a comissão de acompanhamento dessas (OS's) dentro desses hospitais, e nesse mesmo contrato previa mais uma comissão chamado de comissão especial que ia analisar o relatório que essa comissão que trabalha, que é responsável por acompanhar esses contratos. E essa comissão especial teria que validar esses relatórios, e encaminhar para o secretário para homologar e aí fazer os devidos descontos quando essa organização social não cumprisse as cláusulas do contrato. Ficou um tempo, um grupo lá, um representante do conselho lá, assim quando eu assumi como secretária adjunta, a gente, então o (Amauri) não recompôs a comissão, o Doutor (Lafetá) ele recompôs a comissão, ficou encabeçada a comissão, eu e a (Siriana) enquanto estado, enquanto conselheira (Alzita) e (Ana Boabadi), (UFMT) também tem duas representantes e o (COSEMS). Nas primeiras reuniões o nosso primeiro questionamento foi, essa comissão é o que? Aí disseram que era controle social, aí a gente já começou a discutir, que aquela comissão não era controle social. Que o conselho ali não responderia pela plenária, e o próprio (COSEMS) também disse que eles não responderiam pela diretoria. Então como é que nós, uma comissão especial vai validar alguma coisa que nós não conhecemos? Esse relatório é uma outra comissão que faz. Esses dados que vem a gente não sabe como é que, de onde vem esses dados para produzir esse relatório. Então, diante disso, por exemplo, a gente teria que validar e encaminhar para o secretário, e ele homologa. Se houver algum erro futuramente, o tribunal de contas tem que cobrar essa comissão especial, porque ela validou um relatório que veio dessa comissão permanente entendeu? Então é muito complicado você validar o relatório, da qual você não, não tem o conhecimento. E uma comissão plenária,

entendeu? Então o conselheiro que está lá não representa esta plenária, foi o questionamento da (Ana) e da (Alzira), falando, “não vou validar (Marlene), eu não represento a plenária, isso tem que ir para a plenária” diante disso eu com a (Siriana) e a (Ana) debruçamos vários finais de semana aí, ficamos estudando e não encontramos justificativas jurídicas, nós, para que fundamentasse a existência dessa comissão especial dentro desses contratos. Mas para nos assegurar, nós encaminhamos para a assessoria jurídica, e assessoria jurídica concluiu também que não há fundamentação, as leis citadas ali para constituição dessa comissão todas são para comissão permanente e não para comissão especial. Então diante disso nós só temos o ônus de responder por um, alguma coisa que acontecer de errado. Mas ela não tem o papel de controle social.

Alzira Almeida Saldanha: (Elizabeth).

M: (Alzira), eu pedi a palavra.

Elizabeth: (Elizabeth), federação das (Santas Casas). É só a título de informação. Eu abri esse e-mail hoje e este adendo não chegou para nós. Eu até mandei de volta para, para (Luciana) informando que nós, eu pelo menos não tive acesso a isso. Mas eu escutei e, eh, fico bastante preocupada assim como todos conselheiros, acho essa informação extremamente importante e seria adequado que depois nos mandassem novamente. Obrigada.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheira (Alzita) está inscrita na frente. O (João) está inscrito.

João: Eu só queria, (João) do movimento ambientalista. Eu só queria um esclarecimento, eh, da (Ana), conselheira (Ana) sobre a decisão ou então a

conclusão que vocês chegaram de extinguir a comissão. Não seria então se o correto, vamos dizer, se o problema é a comissão especial a quem se avora a si mesmo poderes deliberativos e que os usa a comissão de o plenário decidir para extinguir essa comissão especial porque nós não poderíamos renunciar ao controle social. Então tem que manter isso. Nosso papel é fazer controle social. Esse papel nos está sendo tirado. Então é garantir que nós possamos fazer este papel.

Ana Boabadi: Eu posso esclarecer. É justamente isso, conselheiro (João). (Ana Boabadi). Eh, o que acontece é que se nós, se nós ocuparmos essa comissão que é uma comissão que não está embasada na lei ela está solta, ela já juridicamente, o parecer jurídico que está nesse documento vocês vão ver que ela não tem legalidade. E a legalidade que nós temos para fortalecer o pleno são as comissões internas né? São internas. Não que possa não existir as externas. Existem várias comissões. Mas essa ela existiu, no meu ponto de vista, para burlar esse pleno. Por que, que ela não remetia ao pleno, nunca remeteu ao pleno? Ela se considerou um pleno durante ao longo desse ano, desses anos né? Que quanto tempo que nós estamos com as OS. Faz muito tempo. Então quer dizer, será que teve ingenuidade? Eu gostaria que o conselho pensasse o que, que aconteceu, aí eu retomo a falar para os conselheiros, conselheiro tem que estudar, tem que perder noite, tem que estudar, tem que pesquisar, senão acontece o que aconteceu aí, porque são anos que está, estava...

M: Olha a proposta, extinguir a comissão ou sair dela...

Ana Boabadi: ...sair dela. O conselho estadual não precisa extingui-la porque ela não é uma comissão do conselho estadual. Ela retirando, o conselho retirando, pronto, é só o assento. Ela se desfaz automaticamente.

Alzira Almeida Saldanha: Eh, eu vou falar a lista dos inscritos para manter uma ordem, que ficou meio confusa. A conselheira (Cida), depois (Alzita), (Marcione) e (José Alves), tá? Que está inscrito.

Cida: Boa tarde senhores conselheiros, servidores aqui, muitíssimo obrigada. Eu já fui até contemplada pelo esclarecimento da (Marlene). O que era justamente o que recomenda esse parecer técnico jurídico, entendeu? Portanto já estou satisfeita.

Alzira Almeida Saldanha: Bom, (Marcione) então.

Marcione: (Marcione). Eh, questão de esclarecimento, essa comissão ela foi criada por quem e como, quais as suas deliberações? Foi o próprio conselho quem criou?

Ana Boabadi: Não, essa comissão ela foi inclusa dentro do contrato de gestão né? Quando aprovaram o contrato de gestão, e esse contrato quando aprovou o novo modelo de gestão pelo conselho saiu-se o contrato de gestão, não pelo conselho, pelos gestores. E nesse contrato de gestão apareceu que não veio para aqui, para a gente homologar, dar parecer, foi feito por lá. Eles incluíram essa comissão participando a universidade, participando vários segmentos né e o conselho. Só que esta comissão ela seria criada para homologar uma coisa que a comissão processante, a comissão permanente da comissão já tinha homologado. Então qual é o papel dela? Então a gente percebe que eles colocaram os membros do conselho nessa comissão só para dizer que passou pelo controle social.

Marcione: Perfeitamente. Então deixa eu só, só ver se eu entendi. Foi criada uma comissão através de um contrato de gestão que esse contrato não passou pela deliberação do pleno, aprovação dele?

Ana Boabadi: Não, o contrato de gestão não passou pelo conselho. A única coisa que o conselho fez por infelizmente, infelizmente um voto a mais foi aprovar o novo modelo de gestão. Daí como seria executado esse novo modelo não passou pelo conselho. Mais nada.

Marcione: Certo. Perfeitamente. Então o conselho, o pleno do conselho não tem o poder para se extinguir a extinção. Ponto. Segunda situação, por que automaticamente se saiu o membro do conselho ela se desfaz?

Ana Boabadi: Ué, porque o controle...

Marlene: Eh, (Marlene) da gestão. Deixa eu fazer um esclarecimento. Essa documentação toda a gente já enviou para o conselho mês passado. Não foi só agora não, a gente já encaminhou mês passado isso para o conselho. Nessa composição qualquer OS tem um contrato. Dentro do contrato lá diz tem uma comissão de acompanhamento dos contratos que tem que ter. Está lá na secretaria. E essa, aí cria, aí um artigo lá diz que tem que ter uma comissão especial para avaliar o relatório dessas comissões, dessa comissão permanente, entendeu? E lá diz quem tem que ser o membro dessa comissão especial, ela cita, representantes da secretaria de estado de saúde, representantes do conselho, do (COSEMES) e de universidade, de instituto de ensino de renomado nome que está a (UFMT), entendeu? Então lá cita quem tem que fazer assento nessa mesa. Aí nós já temos 3 portarias nomeando esses membros na qual na primeira nomeou os 2 conselheiros, e eu não lembro quem eram os conselheiros. E depois agora nessa depois entrou a (Ana) e a (Alzita), que a gente chegou a conclusão que não tem legalidade essa comissão especial. Não achamos a funda... nós não estamos criticando gestão ou gestor. Nós não achamos uma fundamentação jurídica para a existência dela. Só achamos, eh,

fundamentação jurídica para nos responsabilizar quanto a qualquer falha. Nós, desculpa quando eu falo nós, mas o conselho, a plenária do conselho porque é, o representante que está lá, a decisão que for tomada o representante que está lá vai decidir pela plenária.

Marcione: Tem essa deliberação, consta isso lá ou no regimento ou no contrato que fala que ela é deliberativa dentro do conselho, a decisão dela do conselheiro é deliberativa?

Marlene: Não, ela não está nem como deliberativa não, mas o entendimento que vinham se fazendo ao longo do ano, dos que fizeram foram deliberados, inclusive o representante do conselho que está lá assinou as deliberações.

Marcione: Certo. Só para finalizar, comissão nenhuma, eh, seja ela dentro de conselho ou seja ela dentro de uma gestão, de um órgão de administração não é deliberativa, ela é consultiva, então em hipótese alguma se lá na frente forem querer ajuizar ação de execução por algum desvio de verba a essa comissão não terá validade, tá?

Marlene: Só uma questão de esclarecimento.

Alzira Almeida Saldanha: As inscrições. (José Alves), (Orlando) e depois eu inscrevo a (Ana Boabadi).

José Alves: (José Alves), segmento trabalhador. Bom, primeiro eu queria, estou preocupado com a condução da mesa. Eu acho que conversas polarizadas, a pessoa volta na mesma fala várias vezes, não tem limite de tempo. Eu acho que para o benefício do pleno precisa ter uma condução melhor. Desculpa a colocação. Bom, eu acho esse assunto da maior relevância, mas eu tenho 2 preocupações. Primeiro, depois de anos e

milhões a gente descobre, no final da gestão, entregando a gestão para o outro eu descubro que está ilegal. A minha não cabe, não entra na minha cabeça essa história. Descobrir que está ilegal depois de 5, 6 anos, depois de milhões consumidos. Então, não cola. E outra, a gente, a outra preocupação, a gente não rasga a norma e não coloca nada no lugar. Minha preocupação é assim, a gente tira nosso assento de lá e depois? Nada vem para cá? Aí a revelia lá? Então assim, o que, que é pior para a gente, ter um assento lá ou não ter nada lá e a coisa continuar sem que a gente tenha nem um olho lá? São as preocupações, desculpa, eu... tinha que garantir a fala, viu mesa? Obrigado.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiro (Orlando).

Orlando: É (Orlando) (SINTEP) Segmento usuário. Olha só, a minha intervenção é mais ou menos na lógica do, da preocupação do (João). Esse contrato de gestão de 2011 ele foi encaminhado pelo ex-secretário (Pedro Enri). Lamentável a gente lembrar, mas somos obrigados a lembrar como é lamentável a gente ficar nessa condição aqui precária né? Para que o conselho possa funcionar. Olha, é grave essa questão que nós estamos discutindo aqui, embora seja tarde, viu (José Rodrigo), porque é o seguinte, lá no item 2.1.45 do contrato de gestão, eh, vem a cláusula terceira, diz o seguinte, eh, a renovação que garante a renovação automática mediante parecer da comissão permanente o contrato de gestão e do secretário de estado, que inclusive garante, garantia, garantia não, garante ainda o contrato né até financiamento no exterior. Mas então veja bem, olha o poder que essa comissão permanente tinha juntamente com o secretário de Estado, a preocupação do (João) ela procede. Para nós é interessante, para nós é conveniente estar nessa comissão para dizer que isso é uma

mentira ou a gente deixar conforme está, quanto pior melhor? Então eu tenho essa preocupação, viu (Ana)? De repente, desde a companheira anterior, que inclusive não participou porque também não foi convocada, mas de repente a gente ter aqui uma reflexão e ter uma ação nossa aqui que ela é pesada para nós. Mas de repente permanecer nessa comissão até para dizer, para tornar público essa farra do boi. É óbvio que está se tornando público aqui no conselho, mas digo assim, essa situação porque nós nos retirando, estou falando nós nos retirando quem está no assento, eu acho que vai possibilitar a situação ser pior ainda do que está. É isso. Terminei.

F: Eh, nós encerramos a inscrição.

Alzira Almeida Saldanha: Olha, até o momento nós temos apenas um encaminhamento. Nenhum conselheiro fez outro encaminhamento.

M: Só um segundo...

F: Eu só queria fazer uma colocação na fala do conselheiro (José Alves) e na do (Orlando).

M: ...me permite? Eh, nós temos relatório que ainda tem que ser analisado. Se eles, se nós não tivermos uma participação, não? Mas quem que analisou esses relatórios? Ah tá.

F: Gente, nós estamos com o relatório desde 2012, 2011, 2012, 2013, tá? Não foram analisados. E aí queriam que esse grupo de conselheiros que assentaram agora, a partir de 30 né, assumissem tudo de erro que está lá atrás, tá? Analisar relatório que já foi pago, que já foi gasto e monte de aditivos que ninguém sabe os bilhões de dinheiro que trouxe como consequência até o sucateamento do (SUS). Agora, eu queria colocar para

o (José Alves) que, eh, porque tanto tempo, porque agora no final do governo. É porque na verdade dinheiro público muda governo e o dinheiro continua, né? E na verdade só veio a tona agora porque os conselheiros que assumiram estudaram, foram pesquisar. É isso que eu volto a chamar a atenção dos conselheiros. Tem muita coisa acontecendo por aí e não tem conselheiro trabalhando.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiro (João), por favor, o encaminhamento.

João: Se esse é o quadro que foi apresentado que tem 3 anos que não se analisou o relatório, o encaminhamento ao meu ver que tem que ser feito é de abrir uma denúncia e uma auditoria dessa situação para que isso se apure.

M: Questão de ordem, questão de ordem. Para a mesa, por gentileza. Questão de ordem. Eu pedi para me inscrever...

Alzira Almeida Saldanha: Gente, todos os inscritos, as inscrições terminaram, só tem o encaminhamento do conselheiro (João) e o encaminhamento da conselheira (Ana). São dois encaminhamentos. Não, nós não temos poder para extinguir né? Nós temos 2 encaminhamentos. A conselheira (Marlene) quer fazer mais 1 e nós encerramos e vamos para a votação, por favor.

M: ...é questão de esclarecimento, inclusive para mim votar. Você disse que nós não temos condição de extinguir. Quem é que instituiu essa comissão? A gestão? Tá. O fato é que ela não pode ter a função de um conselho, então.

F: Eh, como que é o nome dele aqui? Eu fico até, eh, não, eu fico até ofendida enquanto conselheira aqui do (CREFITO) fala no fim da gestão você fazer isso. Olha, você vai me desculpa, conselheiro, é uma ofensa,

entendeu? Eh, foi, e o senhor tem que saber até quem o senhor ofende, quem merece ser ofendido, porque foi nós a partir do momento que em que eu assumo, eu, a (Siriana) que somos gestão, a (Ana Boabadi), a (Alzira), entendeu? (Alzita), doutor (Ângelo) e a (Silvia) do (COSEMES), que não era presidente do (COSEMES), que a gente vê essa falha. Então o senhor devia dar os parabéns ao invés de fazer essa crítica. E segundo, a orientação é que, e a gente está trazendo isso para esse pleno para conhecimento, que a gente não precisaria trazer também (Ana), era só vocês pedirem para sair, entendeu? Então algumas coisas tem ser que ser falado a verdade aqui. E outra, o conselho não tem como extinguir, mas o conselho tem como recomendar para o secretário porque ele não tem legalidade, ele não tem fundamento jurídico a existência dessa comissão. Então se não tem existência, vocês são controle social gente, recomenda ao secretário, secretário, não pode existir essa comissão que não tem fundamentação jurídica para isso. Que esse relatório dessas OS tenham que vir para essa plenária ser analisado. Me desculpe o tom de voz, mas é porque eu me senti ofendida.

M: Gostei do encaminhamento.

Alzira Almeida Saldanha: Vamos para votação, por favor. Então nós temos o primeiro encaminhamento é de retirada da conselheira (Ana). Por favor, conselheira. Retirada do conselho estadual de saúde, da comissão especial, você tirou o nome daqui, cadê? Retirada do conselho estadual de saúde, da comissão especial, de acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão entre a (SES) de (Mato Grosso) e as organizações sociais. Retirada da representação do conselho estadual de saúde da comissão especial de acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão entre a (SES) (Mato

Grosso) e organizações sociais. Eh, é esse o encaminhamento. Vamos votar. Gente... os outros encaminhamentos é, do (João), formado, do conselheiro (João) que é uma denúncia e auditoria nos contratos conselheiros? Então retirada a, o encaminhamento do conselheiro (João). Permanece encaminhamento da conselheira (Marlene) que fez uma, solicita, que encaminha uma recomendação ao secretário de estado de saúde para extinção da comissão especial de acompanhamento e avaliação dos contratos entre a gestão da (SES) e as organizações sociais. Então nós temos...

Alzita: Eh, eu só queria colocar na fala do (João) que eu acho que ele poderia manter essa auditoria, mas o pleno pedindo auditoria do relatório. O pleno, aí já é o pleno.

Alzira Almeida Saldanha: Nós temos 3 encaminhamentos.

Elizabete: Questão de ordem. Não podemos juntar o parecer da (Ana) com o da (Marlene) com o encaminhamento porque a (Marlene) sugere além de extinguir que se fale com o, mande uma recomendação e que isso passe pelo conselho, os relatórios.

Marlene: Só que eu falo para pedir uma auditoria, conselheira (Elizabete), porque o conselho está desestruturado quanto a questão jurídica e contábil. Então já pede uma auditoria junto que já vem o pacote feito.

Alzira Almeida Saldanha: Então seria interessante redigir isso de maneira mais concreta. Para que fique claro no encaminhamento. Meu entendimento é que, vamos pensar, auditoria não deveria ser separado de recomendação e retirada? Não dá para misturar né? Então. A extinção, a saída não, essa retirada dos conselheiros, retirada dos representantes do

conselho e recomendação para extinção da comissão especial de acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão entre a (SES) e as organizações sociais. Um encaminhamento. Vamos votar esse encaminhamento? Quem concorda permaneça como...

M: (inint) [01:16:47] a retirada. Eu acho que tinha que reforçar, até para constar na ata, que esse, para reestabelecer a ordem e o conselho, acho que falta essa redação, para que o pleno do conselho seja, isso, alguma coisa assim porque, eu estou de alguma maneira, eu estou com esse problema. Eu, dependendo da situação, eu queria até abster porque não conheço em profundidade esse processo, mas assim, do jeito que está sendo colocado está incompleta, até para constar aí nos anais do conselho vai ficar ruim.

M: Eh, porque, assim, vai ficar alguma coisa no lugar da retirada né? E vai dizer por que, que vai retirar.

F: Dentro da lei que cria as organizações sociais em 1997 o fluxo correto é ao final da avaliação da comissão permanente que seja encaminhado aos órgãos de controle externo. Esse fluxo ele já existe. É retomar. Interno e externo. É retomar o fluxo normal, entendeu?

Alzira Almeida Saldanha: Então na verdade seria no final é retirada dos, da representação do conselho, recomendação da extinção da comissão e retomada do fluxo existente, estabelecido em lei.

M: (inint) [01:18:52] porque fica parecendo para quem lê, que nem participou dessa reunião que o conselho abriu mão, lava suas mãos diante da situação. É só um, não, eu sei que não é isso, eu sei que não é isso. Mas para não deixar mal entendido. Não sei.

Alzira Almeida Saldanha: Mas conselheiro, fica gravado em ata e eu acho que pode acrescentar uma justificativa porque tem um documento com a conselheira (Ana), conselheira (Ana) por favor, tem um documento com a conselheira (Ana) que pode fazer parte da justificativa. Olha gente, eu acho que isso que sirva de lição porque quando você discute um assunto para você fazer a redação na hora para ir para votação é importante que a redação fique clara né? Para que não haja equivoco na hora de votar. Então eu gostaria que a redação fosse apresentada para a mesa para que a gente lesse e votasse e ficasse claro em ata. E daqui para frente a gente pode estabelecer que a redação vai ser colocada em projetada para que evite, eh, transtornos desse tipo que está havendo aqui né? Então vamos, fica claro assim então?

F: Senhora presidente, então eu vou solicitar também que todas as pautas venham ser apresentadas, porque se ela tivesse sido apresentada também teria um entendimento mais rápido e que cumpre o regimento interno que diz chegar para o conselheiro 10 dias antes as informações.

Alzira Almeida Saldanha: Podemos, nos sentimos confortáveis e claro para deliberar? Podemos? Então, como é que ficou, vou repetir né? Retirada da representação do conselho estadual de saúde da comissão especial, cadê o papel? Eu tenho que ler...

F: De acompanhamento das organizações...

Alzira Almeida Saldanha: ...sim, mas aqui não tem outro. Retirada dos membros do conselho estadual de saúde, da comissão especial, de acompanhamento de avaliação dos contratos de gestão entre a (SES) de (Mato Grosso) e as organizações sociais e recomendação da extinção, eh, desta comissão ao secretário estadual de saúde. E...

M: É uma resolução recomendatória.

Alzira Almeida Saldanha: ...é uma resolução recomendatória. E o, gente. É uma resolução recomendatória. O conselho... originalmente era separado. Pediram para agrupar. Podemos continuar?

M: Acho que teria que melhorar a redação...

Alzira Almeida Saldanha: Melhorar a redação. Ele tem uma sugestão?

M: Assim como parece, realmente (inint) [01:23:11] começando a redação em retirada no conselho parece que estamos lavando as mãos. Essa sim é a impressão que fica inicialmente.

Alzira Almeida Saldanha: Mas se a gente fizer...

M: Aí essa, eh...

Alzira Almeida Saldanha: ...o fechamento...

M: ...o fechamento é que não está legal. Teria que então ter um fechamento dizendo de que, eh, recomenda a extinção e que, eh, volte ao fluxo da normalidade da lei ou alguma coisa assim.

Alzira Almeida Saldanha: ...eu vou fazer, eu vou fazer uma sugestão. Eu vou fazer uma sugestão né? Mas como que a gente pode votar aqui para redigir depois?

Elizabete: Você redige e depois aprova.

Alzira Almeida Saldanha: Então vamos deixar para votar isso ao final. Quem fica responsável pela redação?

M: Nos considerandos.

Siriana: (Siriana).

Alzira Almeida Saldanha: (Siriana), você redige? Podemos fazer isso após o segundo ponto de pauta?

F: Sim, vota após o segundo.

Alzira Almeida Saldanha: Então, vamos para o segundo ponto de pauta.

M: Tem as outras recomendações. Eu não sei se você vai fazer agora ou vai fazer depois também, a outra da auditoria.

M: Presidente?

Alzira Almeida Saldanha: (João), se quiser acompanhar a (Siriana) para fazer. Após esgotar o segundo ponto de pauta a gente vem para a votação já com ele fechado, só para votar, sem discussão, por favor. E vamos dar continuidade. Segundo ponto de pauta.

M: Senhora presidente? Eu fui citado nessa pauta e pedi fala, por força do regimento, não me deram. Então eu queria usar do meu direito. Rapidinho. Houve um tempo nesse país que a gente não podia falar o que pensa. Graças a deus isso acabou, mesmo que o que você pense desagrade a alguém você pode falar. Obrigado.

Alzira Almeida Saldanha: Segundo ponto de pauta. Apresentação, discussão e deliberação sobre a implantação da mesa estadual de negociação permanente do (SUS). Apresentação da proposta senhora (Silvia Tomaz). Por gentileza, (Silvia).

Silvia Tomaz: Deixar nosso companheiro (Cido) colocar a apresentação. Pauta, essa aí. É. Boa tarde trabalhadores e trabalhadoras do sistema único de saúde do Estado do (Mato Grosso). O porquê dessa foto. Nós negociamos na secretaria de estado da saúde, mas para entrar nesse diálogo gostaria de fazer uma reflexão. Pode passar para a próxima (Cido).

Toda proposta pedagógica ela é expressa de um projeto político e cultural. É um caminho, não é um lugar, tem uma história que precisa ser contada. E contem uma aposta. (Sonia). Pode passar. Aqui é a estrutura da nossa...

Alzira Almeida Saldanha: Senhora (Silvia), quando faltar 2 minutos a gente avisa.

Silvia Tomaz: ...ok. Eh, aqui só uma estrutura da apresentação só para a gente ter uma linha de raciocínio até para que os conselheiros pudessem compreender um pouco mais. Pode passar (Cido). Bom, eu vou atentar a essa lamina. O material que vocês receberam ele é um pouquinho extenso, mas são anexos. Nós vamos focar em 4 laminas para a nossa compreensão e a importância do por que da deliberação desse conselho e a secretaria de estado de saúde está na verdade, eh, oficializando a mesa de negociação porque nós já negociamos na secretaria. Então como é, como foi, eh, legalmente a normatização para instituir a mesa estadual de negociação. A mesa estadual de negociação ela não é nova. Desde 1997 que a mesa tem autorização do conselho nacional de saúde e aí em 94 tem a resolução 111 que propõe as 3 esferas de governo instituir espaço de negociação através da mesa. Em 2003 no governo (Lula) a mesa de negociação é reinstalada. Então não é do governo do (PT) que tem-se a mesa de negociação, que as pessoas, você tem sempre essa colocação é do (PT). Não é. Essa mesa já existia desde 1997. É que no governo de 2003 reinstala, também está na resolução 330 aprovada pelo conselho nacional de saúde a instituição da mesa. Em 2007 a secretaria de estado de saúde com, na entrada da gestão do trabalho, na arena de discussão, de pactuação de política de saúde nós entramos no pacto pela saúde. E lá tem um plano de ação, de execução das ações do que está no pacto, do que é pertinente ao superintendente de

gestão de pessoas estar executando. Ali nós colocamos na diretriz 5.3 do pacto promover os espaços de negociação permanente entre trabalhadores e gestores do âmbito estadual e regional. Não conseguimos implantar. A ação era implantar a mesa de negociação no (SUS) na secretaria de estado de saúde em 2008. Por que nós não conseguimos? Nenhum gestor que passou na secretaria de estado de saúde e nenhuma das gestoras que passaram na superintendência autorizou a implantação da mesa. Nós em 2008 nós até, o ministério da saúde mandou um documento para a secretaria para responder o porquê que não implantou a mesa. Aí caminhamos. 2009 essa justificativa porque a proposição do plano de ação 2007 era implantar a mesa em 2008. 2011 surge uma grande possibilidade para implantar a mesa na secretaria de estado de saúde. Com a portaria 2517 que nós já dialogamos aqui nesse conselho sobre ela nós apresentamos um projeto negociação uma possibilidade da gestão do trabalho no (SUS) que esse projeto está na integra um resumo para que vocês possam ter conhecimento dele. Só que teve uma questão, o gestor a época (Vander) não autorizou a apresentar o projeto com o objetivo geral, implantar a mesa estadual de negociação. Pediu que mudasse todo o projeto, nós mudamos, com algumas estratégias. Então ficou negociação uma possibilidade par a gestão do trabalho no (SUS). E aí o secretário (Mauri), a nossa intenção também não era que (Mauri) autorizasse ou que caminhasse porque no nosso ponto de vista dos trabalhadores ele não era um gestor que negociava com os trabalhadores. Aí então entra (Jorge Lafetá), (Marco Rogério) que está aqui até então antes do (Jorge Lafetá) foi uma das pessoas que abriu as portas do seu gabinete, ele ficou 1 hora e meia ouvindo esses projetos. Quando nós terminamos ele disse assim “por que, que esses projetos estão engavetados?” falei “vamos perguntar para

as gestões anteriores por que, que esses projetos estão engavetados.” No diálogo com o (Lafetá) ele autorizou então a implantação da mesa. E aí nós começamos todo o processo para implantação da mesa com esse projeto no valor de 290 mil e 338 que já tem uma parcela na conta da secretaria e até o final do ano entra mais um recurso. E hoje estamos aqui no conselho estadual de saúde do Estado do (Mato Grosso), para dialogar acerca da importância, do porquê de ter um espaço de negociação. Já existe esse espaço, só que ainda não com a representatividade do sindicato dos trabalhadores da saúde no estado do (Mato Grosso). Para a gente entender um pouquinho, porque é uma questão complexa essa da negociação do (SUS), (Maria Helena Machado), ela nos traz uma reflexão muito importante acerca do setor saúde. A saúde ela tem um objeto de trabalho que está centrado nas pessoas, são as pessoas cuidando de outras pessoas, e se tratando de pessoas, existe uma grande diversidade social, cultural e intelectual onde cada caso pode ser, pode se parecer único, e aí ela traz uma reflexão muito importante para a gente refletir aqui, ela define a profissão como uma atividade cujas obrigações utiliza de forma sistemática o conhecimento geral acumulado na solução de problemas. Por um cliente individual ou coletivo. Aí eu fiz uma divisão só para a gente identificar a profissão, e por que, que tem a ver a profissão com negociação. A profissão, para ser legalizada, o trabalho se transforma em ocupação em tempo integral, o conhecimento é transmitido pelos pares, cria uma associação profissional, regulamenta essa profissão, e adota um código de ética para o exercício profissional. E aí tem outro autor, que diz o seguinte, para nós. Se a profissão ela é regulamentada, ela é organizada, a sociologia nos traz uma reflexão que essas profissões da saúde tem poder. Que poder é esse? Vamos refletir, o que esse autor nos traz, ele aponta que existe um

problema na coordenação entre profissionais e administradores. Por que os profissionais são tipicamente leais primeiro à sua profissão. E depois à sua profissão, e depois à sua organização, ou seja, os profissionais cumprem com o que? O seu código de ética, e o seu projeto ético/político/pedagógico, e ele afirma que por causa dessa autonomia dos profissionais, o trabalho de saúde ele é extremamente difícil de ser formalizado e controlado, e ele tem uma burocratização, então é preciso ter essa autonomia profissional, daí a importância da negociação. A premissa desse processo para implantar a mesa, é a desprecarização do trabalho e a democratização das relações de trabalho no (SUS), essas duas premissas elas são fundamentais no processo da negociação coletiva no Sistema Único de Saúde. E qual é o instrumento de democratização no âmbito do (SUS) da mesa de negociação? São as relações de trabalho. O conselho, a participação popular, ela está no conselho, nas conferências, e os colegiados de gestão, todo sistema, e as relações de trabalho estão na mesa de negociação. Portanto, a desprecarização, a precarização do trabalho, as condições do trabalho, de (Adauto Botelho), de (Hemocentro), de toda essa estrutura da secretaria, trata-se nessa instância de democratização pela assistência de trabalho. E aqui, eu vou resumir um pouco, a negociação ela é um instrumento de gestão. Gestor, que dialoga com o trabalhador, ele implanta este espaço, ele abre a porta para esse diálogo na negociação. A negociação é um ato político, para que a gestão de políticas públicas busque gerar a viabilidade por meio de acordos duradouros, respeitados em determinado tempo e espaço. Estarão envolvidos atores sociais institucionais ou não que tem interesse e poder de recurso para enfrentar situações problema, que afeta com os direitos e possibilidades de participar, responsabilmente em pé de igualdade. Aqui,

nós passamos para que vocês possam ter conhecimento dos 8 protocolos que existem na mesa nacional de negociação. E as pautas que a mesa nacional de negociação trata que não é diferente da mesa estadual de negociação, que nós vamos tratar. Aqui é o projeto na íntegra, o objetivo geral dele, é garantir a resolubilidade do serviço de saúde. E aqui os objetivos específicos traz a essência desse projeto, que é a negociação das relações de trabalho e das condições de trabalho. Depois, nas perguntas a gente aprofunda. Aqui uma metodologia de todo o projeto de como desenvolver o projeto. Esse aqui foi mais para que vocês pudessem ter o conhecimento dele. É porque são 10 minutos, estou ouvindo do pessoal que tá muito rápido né, então assim, para a gente entrar já nos encaminhamentos, para deliberação do conselho. A mesa estadual de negociação permanente da (CES) será um espaço para construção de proposta que possibilite melhorias no processo de trabalho com vistas à implementação das relações de trabalho, a mesa, tem até já uma sigla, aqui oh né, é um fórum paritário que reúne gestores e trabalhadores, a fim de tratar de conflitos inerentes às relações de trabalho. As principais pautas, desprecarização do trabalho, (PCCS), saúde do trabalhador, processo educativo da negociação do trabalho, jornada de trabalho, cedência, avaliação de desempenho, e quais são os objetivos da mesa estadual de negociação? Instituir processo negocial, de caráter permanente para tratar os conflitos, demanda decorrente das relações de trabalho no âmbito da (SES), nível central desconcentrada e regionalizada. Tratar de tema de interesse específico dos trabalhadores no âmbito estadual nível central desconcentrada e regionalizada, possibilitando a instituição de um sistema de incentivo a valorização dos trabalhadores e propor as instituições procedimento que visa a melhoria das relações e condições de trabalho no

ambiente da (SES) e negociar a pauta de reivindicação dos trabalhadores. Portanto, toda e qualquer pauta de reivindicação dos trabalhadores vai para a instância de pactuação da mesa de negociação estadual do (SUS). Pode passar. A constituição e o funcionamento dessa mesa. Ela é constituída pela bancada governamental e pela bancada sindical. Nós já identificamos que (Mato Grosso) tem 5 sindicatos da área da saúde, nós depois deste momento nós vamos convocar essa bancada sindical, a partir da convocação da bancada sindical que nós vamos ver quantos representantes da gestão tem. Quem é que representa a gestão, secretaria de planejamento, eh, secretaria de administração e a (SEFAZ) né? Essas são as primordiais para estar conosco nessa mesa. E a mesa ela é coordenada, a coordenação geral dela é da gestão do trabalho e já é uma representatividade, só não conta a representatividade o secretário executivo da mesa né? Pode passar. Meu tempo já acabou. Já acabei. Pode passar. É a última. O momento em que vivemos, só para a gente refletir, é o momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É preciso alimentar os sonhos e concretiza-los no dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidário. (Marilda Yamamoto). Muito obrigada. Estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

Alzira Almeida Saldanha: As inscrições estão abertas. (Cida), primeira inscrita, por favor.

Cida: Obrigada. (Cida). Você fez sonhar e fez eu sonhar e voltar lá no passado bem, bem presente. Só para lembrar nesse pleno que quando se tratou pelo pacto da saúde e essa história aqui, tem uns conselheiros mais

antigos, já vimos aqui. E a luta foi muito grande. A gente tentou, fizemos uma sensibilização até pela assembleia legislativa para que essa mesa fosse instalada, nós não conseguimos. Por quê? Ela disse tudo aí, gestor nós não tivemos gestor nenhum eficiente porque se ele fosse eficiente dialoga com os trabalhadores. Todos que passaram aí não teve eficiência nenhuma, não teve capacidade de dialogar com a gente. Então gente, eh, vamos, estava retomando aqui, olha, numa situação assim maravilhosa, já pensou? Você poder, estar lá, sentar numa mesa, eh, e negociar, falar com o secretário de fazenda, administração e junto a gente dialogar e conduzir algo de melhor para os trabalhadores. Eu estou feliz por (Maria) também porque o que acontece quando a gente discute aqui que o grande nó do sistema único de saúde é o (RH) né? Me parece que com essa mesa a gente vai desfazer esse nó. E só o fato dela estar pensando diferente, por exemplo, hoje porque sabe, não entendia que a, o (RH) do (SUS) ele perpassa aquela questão só nossa, tem que enxergar os municípios também. A gente tem que formar os municípios, ensinar eles para prestar um bom serviço né? Para toda a sociedade. E a gente ficava muito dentro da (SES) enxergando só o nosso umbigo e enxergava, se a gente está ruim, imagina os municípios. Eu me coloco à disposição aí, entendeu? Estou arrepiada. Quem sabe agora a gente consegue desatar esse nó porque a gente já discutiu aqui os problemas agora de financiamento e também de recursos humanos, (Silvia). Então gente, conte com o sindicato. Só não entendi (Silvia) quando você falou assim ó, que a mesa ela já existe, porém está sem um representante, eh, do sindicato.

Alzira Almeida Saldanha: Vamos fazer em bloco? Eu acho que fica, pode ser? A gente ganha tempo. Conselheiro, quem? (Maurício) do (SEMA).

Maurício: Eu vou ser bem rápido. É só para entender melhor. Eh, talvez você não tenha tido, não tenha tido tempo, eh, como que, só por curiosidade, como que essa mesa de negociação se integra, se relaciona com esse conselho? Só para provocar, deliberar algo, eh, uma questão salarial por exemplo dentro de uma mesa de negociação ela precisaria ser referendada aqui? Só para entender, como que...

Alzira Almeida Saldanha: Conselheira (Alzita)?

Alzita: Então gente, você vê a foto aí, então a mesa de negociação na realidade a gente precisa oficializá-la né? Porque essa oficial nós já temos ali. Prova que muitas das ações que nós estamos fazendo tanto de gestão na parte de recursos humanos, na parte estrutural das unidades né? Nós estamos provocando os gestores e os gestores a medida do possível está nos respondendo né? Então é interessante, eu falei aqui no início que nós já estamos atrasados em relação a mesa de negociação, então para oficializa-lo nós precisamos dar deliberação aqui desse conselho. E queria perguntar para a (Silvia) se ela pensou também no sindicato do ministério público né? Porque parece-me que ela falou ali que são 4 sindicatos da área de saúde. Seria interessante também convidar o sindicato do ministério público.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiro (CREA), fugiu seu nome.

M: Eu passo a oportunidade para a minha suplente (Vera Lúcia).

Alzira Almeida Saldanha: Ah, desculpa, desculpa. Eu não entendi.

Vera Lúcia: Então (Vera Lucia), suplente do representante do (CREA). Eu queria primeiro, eh, parabenizar essa medida de vir aqui e colocar na pauta essa discussão, ainda que tardia como a (Alzita) colocou, e dizer assim que

precisa, só para reforçar que a mesa de negociação ela é uma, um espaço em que vai resolver uma série de questões que hoje está se arrastando na secretaria. As discussões das portarias polemicas que estão sendo colocadas aí. Ela é um instrumento de decisão de mão dupla porque nesse espaço senta tanto gestor, que vem com as propostas deles, e também vem os trabalhadores. Então a gente precisa ampliar essa comissão, essa mesa de negociação está lá, o mais difícil a gente teria a principio que é garantir a legalidade dela que já existe há muito tempo. Então falta vontade política para que isso se torne fato né? Nós precisamos de responder em ato isso que está posto aí. E para dar legitimidade. Então não é, para dar legitimidade para esse, para a mesa precisa ter o assento de outros trabalhadores que reconhecem a situação específica de cada categoria. Então o que eu queria colocar é reforçar essa necessidade da gente tirar aqui, aprovar a ampliação né? E a implementação imediata da mesa de negociação como uma medida de resolução das questões que permeiam a gestão do trabalho hoje no Estado de (Mato Grosso), e que não são poucas. Eu nem vou me, são demais e a gente poderia estar aqui, eh, debulhando um monte de questões, tanto é que a próxima pauta é sobre justamente a falta de uma mesa de negociação que gera a questão que está hoje no (Adalto Botelho).

Evaristo: (Evaristo), segmento dos trabalhadores de saúde. Quero dar parabéns também para a (Silvia) pela apresentação e concordo com o que já foi apresentado pelos conselheiros a respeito da condição de trabalho dos trabalhadores de saúde hoje na, bom, na (SES), no Estado, nos municípios que tem que ser debatido, tem que ser trabalhado, eh, tem que ser melhorado. E eu fiquei em dúvida também (Silvia) quando você

apresentou, falou que são 5 sindicatos que, eh, e eu gostaria que você citasse esses 5 até para a gente saber se tem algum que a gente, que não está contemplado, tá?

Alzira Almeida Saldanha: A (Maria Bergamasco) e vamos encerrar a inscrição, tá?

Maria Bergamasco: (Maria Bergamasco) da gestão. Parabéns (Silvia), eu fico muito feliz com essa apresentação, embora eu tenha 14 anos de Estado, estou há 3 anos no (SUS), o (SUS) é apaixonante, o (SUS) negocia. Eu já estive do outro lado na secretaria de administração negociando, a gente tem uma visão lá fechada, míope. E quando eu vim para o (SUS) isso existe de uma maneira melhor. A gente negocia direto, eu já me senti contemplada aqui nas falas dos conselheiros anteriores. E essa foto representa muito, essa foto nós estávamos discutindo a assiduidade. E nós fazemos isso, só que nós queremos formalizar e nós queremos ampliar a discussão. Hoje nós discutimos diretamente com o (SISMA), o (Sindimed) pode contribuir, o sindicato do colega ali pode contribuir. E as profissões todas de saúde estarão representadas. (inint) [01:49:57].

Alzira Almeida Saldanha: (Silvia).

Silvia Tomaz: Foram tantas perguntas. Primeira questão ali eu vou colocar para a (Alzita) que o ministério público, eh, jurídico da secretaria não faz parte da mesa. E o controle social também não tem assento na mesa. Mas nós sabemos que o controle social, conselho estadual de saúde ele é a instância máxima da secretaria, portanto toda e qualquer ação ela precisa ser deliberada por esse pleno e acompanhada também por este pleno. Eh, com certeza. E a questão dos sindicatos que nós identificamos foi dos médicos, odontólogo, enfermeiro e os técnicos de radiologia. Que a gente

tem que seguir também, eh, aquela orientação do conselho nacional de saúde das 14 profissões né? Nós vamos convocar em diário oficial, eh, para uma, para um fórum sindical, eh, dia 15 de setembro para que nenhum sindicato alegue desconhecimento, mas aqueles que a gente tem conhecimento nós vamos estar convidando através de ofício, da secretaria de estado de saúde porque quando, aí a conselheira (Cida) perguntou “eu não entendi o que você falou que já dialoga, que a gente vai homologar”. Na avaliação com o ministério da saúde, com a (Eliane Mendonça) que é a atual diretora da gestão do trabalho ela disse assim “enquanto vocês negociam vocês não estão no cenário nacional” que tem uma rede de negociadores no (SUS) e não, nós não fazemos parte. Teve até uma pesquisa recente que está lá a pergunta “(Mato Grosso) negocia?” (Mato Grosso) não negocia na saúde. E, eh, oficialmente. Se não tem oficialmente a gente não negocia. Só que aí conversando com ela, dialogando com ela de tudo que a gente tem e nós estamos, eh, nós temos um avanço maior do que aquelas secretarias estaduais ou municipais que tem mesa. Por quê? Todas as nossas negociações elas são publicadas em diário oficial através de portaria, um exemplo. E quando a gente traz essas fotos aqui é para dizer para vocês “nós estamos solicitando de vocês a deliberação deste conselho para oficializar a mesa estadual de negociação.” Porque o espaço já existe. Então na resolução não vai, o conselho delibera a implantação da mesa. O conselho oficializa o espaço de negociação por meio da mesa de negociação estadual do (SUS) né? Outra questão que, oi? Sim. A origem é da resolução 229 de 1997 que é, a mesa na verdade ela é de 93, ela é reinstalada em 97 através da resolução 52, tá? E a atual, é da nacional, para instituir as mesas. No Estado nós não temos nada oficializado de espaço de negociação. Nós estamos aqui neste conselho solicitando que este conselho delibera né a

oficialização deste espaço de negociação. Aí conselheiros, nós vamos ter na primeira reunião da mesa nós vamos elaborar regimento, nós vamos fazer portaria que institui essa mesa, entendeu? Então assim, no passo-a-passo de implantação da mesa está lá conselho delibera, após essa deliberação a secretaria de estado e saúde faz todos os procedimentos juntamente com a bancada sindical para estruturar o funcionamento da mesa.

Alzira Almeida Saldanha: Todos estão contemplados? Bom, (Elizabeth).

Elizabeth: Bem, eu sou (Elizabeth) da federação. Vocês me desculpem, mas eu tenho algumas dúvidas. Primeiro, o controle social não está representado nessa mesa. Qual a importância de nós dizermos que tem que ter essa mesa? Eu não vejo. Ou eu não consegui enxergar. Me desculpa, tá? Outra coisa, essa mesa qual a efetividade dessa mesa? Eu acredito que seja você vai, situações até que isso fica fortalecido, deve ser isso. Mas a primeira situação eu gostaria de ser explicada. A segunda, a (Alzita) está aqui na minha orelha “não”, calma (Alzita), calma. Quando você tem um grupo negociando isso fortalece, isso eu entendo. Agora, por que vir para nós, por que nós votarmos? Não entendi nada disso. Nós nem fazemos parte. Obrigada.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiro (Ambrósio).

Ambrósio: (Cida) está falando aqui que nós fazemos parte de toda a política. A resolução nacional, resolução número 52 de 06 de maio de 1993 estabelece, não vou ler o conteúdo, a deliberação do plenário. Plenário nacional assim deliberou. Eh, na sua, nessa resolução resolve instituir uma mesa nacional de negociação com o objetivo de estabelecer

Fórum permanente de negociação entre empregadores e trabalhadores do Sistema Único de Saúde – (SUS) sobre todos os pontos pertinentes à força de trabalho em saúde. Segundo, Participam da Mesa Nacional de Negociação 11 representantes dos empregadores públicos, divididos em 03, aí ele estabelece. No terceiro diz, aos integrantes da Mesa caberá a formulação das normas de funcionamento da mesma, podendo, numa dinâmica de aperfeiçoamento do processo, serem convidados representantes internacionais com experiência em processos similares em seus países. Quarto, a pauta de negociação necessariamente conterà os itens: a) Salário: Reposição, reajuste, isonomia: b) Jornada de trabalho no Sistema Único de Saúde - SUS: c) Carreira de Saúde: d) Direitos e conquistas sindicais nas reformas de estrutura no Sistema Único de Saúde – (SUS): e) Mecanismos de gestão de Recursos Humanos no Sistema Único de Saúde – (SUS). Outros itens serão acrescentados a pauta, a critério dos integrantes da Mesa. O Ministério da Saúde convocará, aí no caso já representante aqui a secretaria de saúde. É isso que eu queria que lesse para que a gente se entendesse, porque ao deliberarmos a essa mesa não foi ainda nos apresentada, mas aqui tem uma composição aqui, como isso é constituído fica mais fácil para a gente entender e deliberar em cima de algo que vai ser uma negociação entre os sindicatos e secretaria. Essa instituição aprova e vai fazer os devidos acompanhamentos. A política de...

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiro (Orlando).

Orlando: Eh, (Orlando), (SINTEP) segmento usuário. A minha dúvida é a seguinte, se é uma resolução e ela ainda não está em vigor no Estado se ela depende de regulamentação porque ainda vale para nós a lei complementar 22. Então ela tem que ser regulamentada, ela tem que

cumprir o dispositivo da lei complementar 22 mais ou menos na linha que a (Bete) lembrava aqui porque é uma, é um, como se diz, é um trato, é uma relação. Essa relação, esse trato ele tem que ter uma regulamentação, embora tenha a resolução 52 e parte da questão que o (Ambrósio) levantou. Ou seja, tempo, o companheiro colocava aqui antes né? Termo de esclarecimento, o tempo da exposição e o tempo para nossa reflexão ela não nos dá governabilidade para a gente tirar aqui conclusão. O tema ele é complexo, a ideia é interessante, mas o controle social está dizendo, controle social não pode trombar com aquilo que é institucional, até porque nós temos questões que ela é específica de lidar que é com os sindicatos, embora a resolução recomenda lá o fórum né? Então, mesmo assim então não é, penso que nós não teríamos, diante dessa complexidade, nós não teríamos o tempo necessário para exposição e nem para nossa reflexão, eu vejo que está prejudicado para a gente deliberar.

Sílvia Tomaz: Eu queria dizer também que eu acho que na fala, 10 minutos são insuficientes, para se falar de um tema tão relevante. Mas assim, primeiro uma questão para que possam entender que mesa de negociação não tem voto, é consenso, portanto se não tem consenso, não tem as deliberações e os encaminhamentos. Segundo que quando o conselheiro coloca a questão do controle social, controle social ele faz parte da política de saúde, ele delibera, ele acompanha, ele avalia, portanto, ele vai acompanhar também este espaço de negociação, e mesa de negociação é o instrumento da gestão. Eu trouxe essa lâmina aqui, só para a gente entender um pouquinho, o que, a estrutura da mesa o que, que ela vai tratar. Ela vai tratar de todas as questões relacionadas às relações de trabalho né, e vai ter as suas deliberações com os encaminhamentos e os

fluxos necessários dentro da secretaria. E os colegiados de gestão tem toda a gestão do sistema de saúde que participa. E a participação popular através dos conselhos e da conferência de saúde. Então portanto, a nossa solicitação aqui é que esse pleno, ele delibera os encaminhamentos para o processo, por quê? Primeiro que assim, este momento é histórico, a gente precisa refletir um pouco, fazer uma análise reflexiva da atual conjuntura da secretaria de estado de saúde, do sistema único de saúde, ele pede socorro. Se a gente está aqui num conselho dizendo, o secretário com todos esses conflitos, autoriza, porque ele precisa autorizar, se ele não autorizar, não encaminhamos, não tem como desenvolver, porque é um instrumento de gestão né, então nós solicitamos que este pleno delibere para que a secretaria faça os encaminhamentos necessários para o fórum sindical, aí sim (Ambrósio), (Ambrósio) saiu, que aí nós vamos ver quais são as representatividades nesse fórum sindical, não tem como a gente vir aqui e trazer nessa resolução o que está na mesa de negociação nacional. Porque lá é um outro cenário, e o estado é outro cenário, se você vai para o município também é outro cenário, então é no fórum sindical, que está organizado para acontecer depois dessa deliberação, que nós vamos desencadear todo o processo, dia 15 de setembro, e aí também estamos encaminhando para 23 de setembro ter a cerimônia de oficialização da mesa estadual de negociação no estado de (Mato Grosso).

F: Presidente, só para completar a fala do (Orlando) hei (Orlando)? Você falou assim, porque, que não está contemplado na (LC22)? A resolução é de 93, e a nossa (LC22) é de 92, então, entendeu? E além de que a nossa (LC) já está oh, ultrapassada né. Nós, não precisamos apenas da, o conselho precisa autorizar essa criação da mesa né, porque precisamos, nós estamos

atrasados já, vários estados já implantaram isso, a nível nacional também já está implantado, entendeu? Oi? Exato, eu ainda fui boazinha, falei 6 anos né, mas são 11 anos que nós estamos atrasados. Então é uma abertura que a gente vai ter, os trabalhadores da saúde vão ter, entendeu? E os outros trabalhadores também, em relação da gente negociar, entendeu? Ter maior facilidade em negociar nossas situações. Tanto na parte estrutura, quanto na parte de plano de carreira, nessas negociações. Por isso vai ter que ter uma pessoa da secretaria de fazenda, uma da secretaria de planejamento, entendeu? Para acompanhar, então é a facilidade que a gente tem, de a gente tem de conseguir a resolutibilidade mais rápido.

Sílvia Tomaz: Ok? Vice-presidente...

Rosalino: (Sílvia) uma dúvida minha aqui, se alguns estados já implantaram há 11 anos, por que no nosso estado trouxe agora, porque essa dificuldade toda, que negócio é esse, você entendeu? (Rosalino).

Sílvia Tomaz: (Rosalino), interessante a pergunta dele, extremamente pertinente, a gente até coloca aqui, a gente fez uma ascensão, e eu até fiz uma fala que ela não é totalmente verdadeira, porque a gente já teve sim uma outra gestora em 2007, que autorizou sim a gente fazer esses encaminhamentos, mas quem delibera é o secretário de estado de saúde que delibera. No nosso caso, o adjunto que é ligado à superintendência de gestão de pessoas, o (Marco Rogério), que deu assim, abriu as portas do gabinete dele, e falou, “pode encaminhar”, chamou o ministério da saúde, na sala dele, e deu toda autonomia para a superintendência de gestão de pessoas, estar dando os encaminhamentos necessários para este trabalho. Agora, área técnica sempre apresentou essa proposição. Mas alguns gestores achavam que era muito perigoso ter uma mesa de negociação.

Mas o que é ruim, é um secretário ter que estar o tempo todo lá na porta dele, negociando questões que poderia ter uma instância de pactuação, com pessoas e representatividade legal para dialogar, legítima, e outra questão, ela não é fechada com essas representatividades, ela é aberta para você convidar, podemos convidar a pessoa X que tem conhecimento daquela pauta para estar conosco dialogando sobre aquela questão. Então a área técnica, desde 2007, eu estou na secretaria desde 2004, desde 2007 que a gente tem essas proposições de implantar a mesa né? E assim, nós depois, num futuro aí, numa pauta mais tranquila, nós gostaríamos de trazer para vocês aqui, o impacto também deste trabalho que a gente está fazendo dentro da secretaria. Deste projeto da negociação, porque ele tem tido assim resultados a nível nacional, são 13 projetos da portaria 2517 que repassou 28 milhões para os outros estados. (Mato Grosso), (Amazonas), são os estados que tem produto, e resultado nos projetos, onde tem outros projetos de 5 milhões, e que o ministério está assim com dificuldade que esses estados encaminhe os processos. A gente sabe das dificuldades que a gente tem na secretaria para execução orçamentária, e a gente está caminhando. E aí a gente pede novamente que esse conselho delibere a oficialização deste espaço de negociação. (Marco Rogério) quer falar alguma coisa?

F: Então vamos fazer o encaminhamento? Pronto? O encaminhamento ficou deliberar a oficialização do espaço da mesa de negociação é isso?

Sílvia Tomar: Deliberar o espaço né, (inint) [02:08:55].

F: Deliberar o espaço por meio da implantação da mesa, da instauração da mesa.

F: Eu só quero assim, só um minutinho, eu tenho que falar alguma coisa aqui. A (CIB), por exemplo, olha a resolutividade que tem a (CIB) não é? Então a pactuação é entre todos eles, e a mesa de negociação não vai fugir à regra, então é muito importante para o trabalhador, nós implantarmos isso aí.

F: Então vamos votar, quem é a favor, permaneça como está, e quem for contra, levanta a mão. Todos à favor então?

Alzira Almeida Saldanha: Já votaram? Por favor.

Ambrósio: Questão de ordem, questão de ordem é o seguinte, por favor. Nós temos o horário regimental até 18 horas, e nós temos um a dificuldade muito grande de manter conselheiro aqui depois das 18 horas caso for prorrogável o prazo. Mas eu já estou propondo aqui na questão de ordem, que a gente prorogue o prazo para a gente dar conta de toda a pauta que está colocada aqui hoje, principalmente as que foram aqui, um exemplo aqui da 3.3 que na realidade, do (CIAPS), que vai ficar para o 3.4, que na realidade já estão aqui desde o primeiro momento, e já não é a segunda, nem terceira, nem quarta vez. Então é isso que eu estou pedindo aqui encarecidamente, para a gente dar conta dessa pauta, quando der 18 horas, prorrogar o prazo que for necessário, para que a gente possa esgotar a pauta, ok?

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiro, e eu gostaria de aproveitar a sua questão de ordem, e deixar claro que agora, o (CIAPS Aduauto Botelho) tem buscado isso há muito tempo, e nós temos que aproveitar a oportunidade, que nós temos aqui os 3 secretários adjuntos, que tem interesse direto. Então eu gostaria de propor aqui, com o pleno, que seja a próxima pauta.

F: Exato.

Ambrósio: E a redação que ainda está em andamento propor para a próxima pauta.

Alzira Almeida Saldanha: A redação fica após a próxima pauta que ainda não foi finalizada. Então nesse momento (CIAPS Adauto Botelho), (Verenice), por favor. (Verenice), você tem 10 minutos, quando faltar 2 minutos a gente te avisa, ok?

Verenice: Boa tarde à todos, meu nome é (Verenice Mione), ainda não? Meu nome é (Verenice Mione), eu sou servidora da Unidade I do (CIAPS Adauto Botelho), estou falando em nome dos meus colegas servidores, e do meu próprio nome né, não falo em nome de uma instituição, e sim em nome de pessoas que estão trabalhando em condições muito precárias. Bom, essa apresentação de hoje, eu vou falar especificamente de 4 das 7 unidades que compõe o (CIAPS Adauto Botelho), o (CAPS AD), o (CAPS Infantil), a Unidade I, que contempla as internações feminina e masculina de pessoas em sofrimento psíquico grave, surto psicótico, e a Unidade 3 que é a internação masculina para dependentes químicos. Então conforme apresentado na reunião do dia 6 de agosto, o (CIAPS Adauto Botelho) sofre pelo descaso do poder público, infelizmente, eu peço desculpas para os conselheiros que ficaram até o final daquela reunião do dia 6, porque infelizmente eu vou ter que repetir algumas coisas que eu já falei há 1 mês atrás, e que infelizmente ainda não houve nenhuma resolução dos problemas que eu apresentei tá? Bom, há diversos problemas em todas as unidades. Então eu falei, né, que essa apresentação contemplava 4, 2 (CAPS), só para quem não sabe, (CAPS) são unidades abertas que atendem, o (CAPS AD) pessoas que fazem uso, abuso de substâncias psicoativas, o

(CAPSI) atende crianças e adolescentes com sofrimento psíquico grave, essas duas unidades são abertas né, não são unidades de internação. E a unidade I e a unidade III são unidades de internação, ou seja, funcionam 24 horas. As pessoas que estão internadas na unidade I e III, estão sob os cuidados dos servidores, e sob tutela do estado, pelo menos temporariamente, até ser reinserida no contexto social né, então cada unidade tem especificidades, mas eu vou falar de uma maneira muito geral desses problemas, mas respeitando as peculiaridades de cada unidade. A falta de médicos né, para compor 100% da nossa escala, infelizmente há 1 mês atrás eu falei desse problema, e isso ainda não foi resolvido. Não houve contratação de 3 médicos conforme tinha ficado estabelecido, numa reunião que houve, eu vou falar daqui a pouco né, que houve entre os servidores, o sindicato e os 2 secretários adjuntos que estão aqui que é o senhor (Huarco) e o senhor (Marcos Rogério) né, faltam medicamentos, tanto clínicos quanto psicotrópicos, nas unidades de internação, tanto na unidade I quanto na unidade III. Sabemos né, que há um processo em que 70% das medicações chegaram, a responsável pela farmácia me passou essa informação, mas esse processo foi um processo que foi feito em caráter de urgência para atendimento da Copa, e esses medicamentos chegaram agora, há pouco tempo na unidade né? A Copa acabou quando? Foi em junho né? Pois é, e chegaram agora. 70% deles, e esses medicamentos como foram pedidos em caráter de urgência, não contemplam todos os medicamentos que nós necessitamos na unidade né? Falta materiais hospitalares e materiais para a oficina de arte terapia, os materiais hospitalares também chegaram alguns, eu estou com as listas aqui, também fornecidas pela farmácia, mas ainda há vários deles, 0. Os materiais de arte terapia, nós descobrimos que houve um pregão que foi

feito, em outubro de 2013, com a, para aquisição de materiais, mas esses materiais não chegaram até à unidade, eu não sei o que aconteceu né, vai ser bom que de repente alguém vai poder nos esclarecer com relação à isso. Falta de manutenção predial, que vai, em decorrência disso, causar diversos problemas estruturais na unidade né, que eu vou falar daqui a pouco, alguns deles, fiação elétrica inadequada, que já ocasionou pequenos incêndios na unidade I, não há extintores, há processo pedindo a aquisição de extintores, mas ainda não chegou até à unidade, eu não sei se já foram adquiridos ou não. Carros e ambulâncias em número insuficiente né, por exemplo, o (CAPSI) e o (CAPS AD) que são unidades que de acordo com a portaria 336, precisam fazer visitas domiciliares né, e isso está contemplado no projeto terapêutico deles, assim como da unidade I, unidade III também, porque nós trabalhamos na internação, mas também visando a reinserção social dessas pessoas né, então nós temos direto problema que o carro estragou, o carro está quebrado, e a ambulância que também está em situação bastante precária. As camas, nas unidades I e III, também em número insuficiente e inadequadas, também sabemos que há um processo para aquisição dessas camas, não sei se já foi autorizado, se já foi comprado, quando vai chegar. Gostaria de saber, e a estrutura física precária que eu falei aquela hora, que é o esgoto a céu aberto, goteira, rachaduras no teto, piso irregular que já causou acidentes, isso eu falei mês passado, e continua. Refeitórios inadequados nas unidades I e III, salas infestadas por mofo, etc., a unidade I está também com problema no (PABX) que queimou, e danificou os ramais, nós estamos com, a unidade I para quem não conhece, é uma unidade grande, e necessita, principalmente da comunicação. Para vocês terem uma ideia, o telefone do posto de enfermagem não funciona, então se acontece alguma intercorrência, e a gente precisa usar o telefone,

esse servidor precisa sair e ir até à administração para fazer a ligação, e em casos de final de semana, 3 para abrir, 3 para fechar, e se for final, de semana, em que a administração não funciona, o plantonista ele tem que usar o seu celular próprio, para fazer ligação. Falta de assistência técnica e manutenção adequada, nos aparelhos. Término do contrato da empresa de vigilância e patrimonial e aí todas as unidades estão sem vigilantes, expondo tanto os usuários do (SUS), quanto os servidores à riscos. Eu faço plantões nos finais de semana, em que a equipe está reduzida, nós já somos uma unidade, a saúde mental tem poucos homens, somos a maioria mulheres, e estamos completamente à mercê da entrada de qualquer pessoa estranha na unidade, tanto oferecendo risco para os pacientes que estão num momento de sofrimento agudo, portanto não tem crítica nenhuma do que acontece com eles, a ala feminina ela fica num local na instituição, em que a porta dos fundos ela é aberta, ela não tem nenhuma segurança, então todos nós ficamos expostos à riscos. O (CAPS AD) e o (CAPS Infantil), estão com reformas aprovadas, mas são processos que ainda não se efetivaram, embora sejam aprovados. O (CAPS AD), inclusive na reunião que nós tivemos com os secretários adjuntos, a (Tatiane Neves) ela levou o processo né, da reforma lá do (CAPS AD) e a informação que ela me deu ontem, é que esse processo está parado desde 12 de agosto, mas esse processo na verdade, já tem mais de ano que foi aprovado. Então eu me lembro que isso foi aprovado e ainda não foi efetivado, a equipe está atendendo numa casa alugada, no bairro (Boa Esperança) enquanto o prédio listado ainda não foi reformado. Nós não somos uma instituição filantrópica, mas nos últimos anos temos sobrevivido através de bazares, doações de materiais e outros, fazemos cotas entre os servidores, para obter mínimas condições de assistência e trabalho. Diante dessa situação,

os servidores elaboraram um documento, e enviaram à várias instâncias né, entre elas o Ministério Público, o (SISMA), os nossos conselhos profissionais, o juizado especial criminal, entre outros. Como desdobramento desse documento, nós tivemos, primeiro, a decisão, em assembleia dos servidores, das 4 unidades que eu citei, de fazermos a manifestação do dia 30 de julho, que teve a cobertura da imprensa, isso foi divulgado no estado, a reunião com os secretários adjuntos da secretaria, porém as promessas não foram efetivadas até o momento, a questão principalmente da empresa de vigilantes, que por enquanto continuamos sem, e a contratação dos médicos não é, e a totalidade dos medicamentos também que não foi atendida até o momento, principalmente, fora a questão da precariedade da estrutura física. Fomos pauta né na reunião deste conselho em agosto, e agora novamente, e no conselho municipal de saúde no mês de setembro, em decorrência do pedido do conselho regional de serviço social, que fosse inclusa essa pauta, como eu falei da outra vez, eu gostaria de agradecer novamente pela inclusão da pauta. E a visita da comissão de imprensa do ministério público estadual que esteve na unidade e filmou as condições precárias em que nos encontramos. Na unidade I. Então, a internação, as unidades de internação há aproximadamente 20 dias, nós voltamos a receber pacientes para internação, mas ainda a situação é precária. Diante dessa precariedade, nós, de repente, uma das interpretações que pode haver, é que o fechamento seria a opção, a melhor opção. Mas nós queremos deixar claro aqui o nosso posicionamento, enquanto servidores, nós somos a favor da reforma psiquiátrica como política de saúde mental do (Brasil), mas nós somos contra a desassistência e o fechamento irresponsável de uma unidade. Nós somos à favor de um processo gradativo e progressivo, da

substituição de uma lógica de assistência, da lógica manicomial, pela lógica territorial. Então nós não aceitaremos, nossa posição é totalmente contrária, se pensar no fechamento dessa unidade, sem que a rede de atenção psicossocial, seja efetivamente implantada no nosso estado. Não há indicação legal que as internações psiquiátricas sejam extintas, mas sim que sejam substituídas por 3 modalidades de atendimento, os leitos nos hospitais gerais que nós ainda não temos no nosso estado, inclusive sabemos que alguns hospitais particulares proíbem a internação de paciente em surto psicótico, nesse ponto eu falo que a loucura é democrática né, não é crença, status social, nada disso. Se você tiver um quadro agudo de surto psicótico, no estado, 100% (SUS) só há a unidade I do (CAPS Adauto Botelho). Serviços substitutivos abertos que são os (CAPS) né, e na dependência química outros dispositivos, como redução de danos, consultório de rua, enfim. Então nós somos contra a desassistência que o fechamento irresponsável ocasionaria. Entendemos que só é possível se implantar rede de atenção psicossocial, com articulação efetiva dos gestores municipais e estadual, e também dos servidores não é? Então a política de saúde mental, só pode ser efetivada em rede, com responsabilidade das 3 esferas de governo. Concluindo, mas não finalizando. Muitos servidores ficam temerosos em se colocar frente à essas situações por medo de coerção ou retaliação. Eu quero deixar claro para vocês aqui, nós não estamos na posição de atacar ninguém. Nós queremos simplesmente e expor a situação, pedir ajuda, porque nós antes de chegarmos à esse ponto, nós brigamos muito entre nós, muito. Entre nós servidores, porque a gente não suportava mais a situação em que nós estávamos vivendo, tendo que atender as pessoas em sofrimento, as pessoas desagregadas, as pessoas em diversas questões, e nós também

estarmos totalmente atravessados pela precariedade, pelo descaso do poder público. Então a gente tinha sim, muitos de nós, essa preocupação, mas mesmo assim nós decidimos quebrar essa barreira do silêncio, pois é nosso dever assegurar que haja espaço à voz das pessoas que tratamos e seus familiares, e é que nossa responsabilidade ética nos posicionarmos e exigirmos respeito de nossos gestores né, nosso código de ética, eu falei isso na reunião do conselho do mês passado, no artigo 2º do nosso código de ética, fala que toda pessoa tem direito à verdade. E que o servidor público tem que expô-la mesmo que vá contra a vontade da administração pública, e é isso que nós estamos fazendo aqui agora. Nossa luta é pelo (SUS) de qualidade, pelos direitos humanos dos usuários e servidores, pela efetivação dos princípios da reforma psiquiátrica, por condições dignas e humanas de trabalho de assistência. Só uma coisa antes de eu concluir, o prédio da unidade III, uma das coisas que foi falado pelos secretários adjuntos na reunião do dia 6, é que é um prédio que não é da secretaria estadual de saúde, e que não haveria o que se fazer com relação à falta de estrutura, que na verdade, a estrutura mais precária de todas é a da unidade III, que está lá próxima à assembleia legislativa. Só uma coisa, para nós servidores, o prédio é do estado. Se há necessidade do gestor estadual de saúde, entra em contato e verificar isso junto à outro gestor né, eu acredito que é muito mais fácil que o servidor ter que bater na porta do secretário de justiça para pedir providências. A gente acredita que é um assunto que deve ser tratado de gestor para gestor. Só para a última frase, que é de uma música da (Legião Urbana), “quero trabalhar em paz, não é muito que lhe peço”, muito obrigada.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiro (Orlando).

Orlando: (Orlando), (SINTEP) segmento usuário, e eu queria inclusive, me reportar da reunião passada inclusive, daquela apresentação passada, eu colocava a situação aí do (CIAPS) como se fosse uma empresa de investidor, exemplo de um restaurante, que coloca essa atividade como uma atividade meio, que qualquer um pode fazer. Entendeu? É assim que está colocado. Eu abro um restaurante, qual é a minha atividade fim? É um cardápio lá com camarão, certo? Então ela vai lá, ela come aquele prato, ela fala, “é uma delícia”, mas quando ela chega no pátio, o carro dela foi quebrado, riscado, uma coisa nesse sentido. Ah mas e aí? O que, que aconteceu? Ah aconteceu que o meu está quebrado lá. Oh, isso aqui não é comigo. Isso aqui terceirizei, está pior do que terceirizado, ali naquele relato ali só faltou o (BO), boletim de ocorrência. É isso que faltou.

F: Mas eles fizeram.

Orlando: Foi feito também boletim de ocorrência, aí, maio de 2012, nós estamos em maio de 2012, 800, está no diário oficial, aí a pergunta é para a gestão, esse dinheiro foi investido lá no (Aauto), esses 800 e poucos mil reais que foi, foi deliberado, está no diário oficial inclusive esse orçamento. Que inclusive, e aí na nossa reunião, na nossa reunião anterior, que vocês fizeram apresentação, nós tiramos uma deliberação, não sei se já foi protocolado, nós tiramos uma deliberação inclusive, de cobrar da frente parlamentar de saúde, que foi a frente parlamentar de saúde que inclusive, que fez essa inclusão de recurso para atender a demanda lá do (Aauto). E aí a gente precisa saber, para onde foi esse recurso. Porque o orçamento dos deputados foram aprovados, eles receberam dinheiro. E aí nós precisamos saber se também esses recursos foram realmente empenhados para o (Botelho), além desses 889 que de repente, a gestão tem que

atender. Ou seja, o (Botelho) é um atendimento igual os demais atendimentos que tem que ser atividade fim, mas que está colocado como atividade meio que qualquer um pode fazer. É lidar com vidas e que muita gente não entendeu ainda o que, que é lidar com vidas. Essa seria a minha intervenção, e aí deixar aqui esse legado de que a gestão possa, se não for possível, através de documento, mas dê para nós uma explicação desses recursos que foram, está no diário oficial e por que, que não foi investido no (Aauto). Obrigado.

Alzira Almeida Saldanha: (Ana).

Ana: (Ana Boabadi Neon), representação do usuário. Olha, sinceramente, esse material aqui foi de quando secretário (Mauri) esteve aqui, eu apresentei sobre o recurso do (CAPS AD), do (CAPS Infantil), muitos devem se lembrar, que está no diário oficial de 28 de maio né, de 2012, e inclusive eu junto, na época era profissional que estava lá, era (Aura), estive lá, e peguei esse documento do (FIPRAN) né, esse documento do (FIPRAN) que é de 2013 né, e era a mesma questão. Agora eu gostaria, porque assim, olha, é que o governo patrola tudo? Patrola, tá patrola o controle social, está patrolando vidas, que isso são vidas né, na verdade, infelizmente, eu me sinto uma perda de tempo estar aqui, porque uma coisa que você deliberou, construiu há anos atrás, volta aqui quantas vidas já se perderam, onde está a consciência social da gestão deste governo, deste representante público, destes trabalhadores que recebem dinheiro do povo. Que o povo não está pedindo nada, está querendo que ele faça gestão, ele está sendo pago com dinheiro público, é dinheiro do leite, da carne, dos impostos que saem do mais pobre ao mais rico que paga menos. Então eu gostaria de aproveitar, ter essa oportunidade aqui, de pedir para

nossos gestores, Doutor (Marco Rogério), Doutor (Huarç), (Marlene), que são gestores do escalão mais alto da saúde pública, que se pronunciasse diante desse descaso social que nós estamos apontando aí gente. Porque é muito triste uma família ter um deficiente mental, uma família com dependente químico. Uma vizinhança com dependente químico, uma comunidade, e muito pior, um estado, que não está nem aí. Por quê? O tempo nos prova, não estou mentindo, o tempo nos prova e está gravado nas atas do conselho estadual. Então eu gostaria, essa gentileza que esses trabalhadores da (CES) do primeiro escalão demonstrasse o que, que acontece conosco aqui, para tanto sofrimento.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiro (José Alves).

José Alves: (Jose Alves), segmento trabalhadores. Bom de novo a pauta aqui né, a gente já falou um pouco disso, mas vale a pena repetir, reforçar sempre. Quando se olha os indicadores de saúde do (Mato Grosso), e quando você olha o (PTA), você vê que não tem a mínima preocupada em resolver os problemas. Esse governo ele está esperando o tempo passar, para entregar tudo na mão do próximo governo. Enquanto isso pessoas morrem. Eu fico até, me sinto impotente, diante de uma pauta que já foi discutida, denunciada, o (MP) tomou providencias, já foi até multado, e nada, absolutamente nada acontece. Espero que um dia os responsáveis, sejam de fato, responsabilizados por tantas mortes. Porque eu falo, a gente está se acostumando, a gente está naturalizando a violação de direitos, se acostumando com a morte das pessoas, neste estado. Isso é muito triste. Eu acho que esse governo ele não tinha o direito de matar o nosso sonho, de um (SUS) que dê certo, e ele está conseguindo. Eu não tenho encaminhamento, a única coisa que eu queria falar, é reportar à (Carlos

Drummond) que ele fala, “cuidado por onde andas, porque é sobre os meus sonhos que caminha”, obrigado.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiro (Jesse) do (CREA).

Jessé: Boa tarde, (Jesse) do (CREA). (Veline), você já disse que mandou para o conselho profissional né? Se já chegou no (CREA) e não foi tomada nenhuma atitude, eu queria uma cópia, porque eu acho que nós somos parceiros de vocês na área da saúde, assim como o ministério público, e quem sabe mais uma (FPI) como a gente já fez várias no pronto socorro, e manda para o ministério público, aí como nós vamos fazer? Acionar o ministério público por que não fez nada? Né, porque a gente é redundante nisso também, a gente faz tantas (FPI) que é de forma coletiva, mostra a vergonha que também é o nosso pronto socorro de (Cuiabá), e as coisas ficam redundantes né? Você vai mostrando e fica, quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha né? E a solução mesmo não vem né, eu creio que se ajudar, a gente faz de forma honorífica também uma (FPI) no (CIAPS), você tem o documento oficial dos engenheiros né, para referendar o que você já constatou e até mostrou em fotos desde a reunião passada, e você tem um documento por nós engenheiros assinado, uma vistoria no (CIAPS) de tudo que você colocou na instalação, na área da engenharia aí, esgoto a céu aberto, instalação elétrica, a instalação civil, tudo isso a gente vai fazer para você de forma honorífica lá no (CREA) e você vai ter um relatório oficial, para levar para onde você quiser. Eu me comprometo, se não foi ainda feito, manda lá e me dá uma cópia para o presidente, (Marcos Vinicius) e a gente providencia uma (FPI), com todos nossos parceiros, inclusive com vocês, que são parceiros nossos, para estar indo junto com a (FPI) fazendo de novo uma constatação oficial disso, para a gente entregar em bloco, e todos os

profissionais da engenharia e da saúde, para quem de direito tomar as providências e responsabilidades a quem deve ser feito. Sim, parte aqui da minha suplente (Vera).

Vera: É só para esclarecer que talvez muitos não saibam, (FPI) é uma fiscalização que é feita com a enfermagem, com serviço social, com a nutrição, com a fisioterapia, com a psicologia, então é muito interessante e necessária. E daí já que eu pedi uma parte, eu queria assim, colocar como encaminhamento, uma sugestão de encaminhamento, o seguinte. Foi colocado aqui, as questões do (Adauto Botelho), a gente tem conhecimento que a, 70% do recurso que hoje está sendo consumido no (Adauto Botelho) é de serviço terceirizado, o plano estadual não está, nem foi passado aqui nesse conselho ainda para aprovação, da saúde mental, já foi? Já foi executado? Do estado, já, não, de saúde mental, a política de saúde mental. Então, aí o que precisa então é de estabelecer, meu encaminhamento seria, de estabelecer um prazo para execução dos processos que estão em andamento de compra de produtos e serviços, e a execução das reformas, porque na conversa que teve 2 meses atrás, foi colocada a existência desses processos, e algumas coisas que foram colocadas na reunião passada, de encaminhamento, não foi apresentado aqui agora, então eu penso que a gente precisaria de estar vendo o que, que foi feito de encaminhamento pela gestão da secretaria, e estabelecer um prazo entendeu? Para poder ter uma resposta para os trabalhadores que estão aqui, em relação ao o que, que vai ser feito daqui para dezembro, porque não dá para sair daqui, a gente sem o encaminhamento concreto, objetivo.

Jessé: Presidente, só para encerrar, eu queria encaminhar que a (FPI) fosse solicitada por este conselho, até para fortalecimento do próprio conselho nós realizaremos da forma que eu disse, honorífica.

Alzira Almeida Saldanha: Pode encaminhar por escrito aqui para a mesa, por gentileza, porque fica mais simples.

Jessé: É porque a apresentação dela, ela colocou uma demanda de engenharia para ser fiscalizada, eu só quero dizer que o conselho solicite ao (CREA) oficialmente, a necessidade da (FPI) no (CIAPS Adauto Botelho), e se foi feito, a gente refaz, atualiza as informações, e os profissionais, e reencaminha ao conselho.

Alzira Almeida Saldanha: Calma gente, cadê os nomes? Próxima inscrita, (Alzita).

Alzita: Eu tinha falado no expediente relevante, que a gente recebeu o documento do (Alexandre Guedes) né, e aí falando aqui com o (Jesse), nesse documento que ele mandou, tem também o aval do, exato, já tem. Inclusive na ação civil pública, com pedido de tutela antecipada que o próprio ministério público fez. E aqui eu achei interessante, já que ela mostrou, inclusive quem assistiu a reunião da vez passada, que ela mostrou as fotos, e a vigilância sanitária esteve lá, pasmem conselheiros, só a vigilância sanitária detectou, no (CIAPS Adauto Botelho) 496, não conformidades. Só no (CIAPS Adauto Botelho), e olha que esse processo não é novo. Porque quando a gente entrou com esse pedido no Ministério Público, que ele nos respondeu agora essa semana passada, foi 18 de outubro de 2003, então de lá para cá nada foi feito pela gestão em relação à estruturação. Agora essa pergunta vai para a gestão que já está aqui. Nós tivemos em reunião com o Doutor (Marco Rogério), e ele nos deu alguns

processos que estavam com ele né, que estavam na modalidade pregão. Sobre aquisição de equipamentos, aquisição de material de medicamento hospitalar, aquisição de material laboratorial, informatização de (CIAPS), aquisição de colchoes, e material de consumo. Então ele nos repassou essa lista, como repassou também para as meninas que estiveram conosco, e naquele momento ele recebeu também um documento do (CAPS AD) e (CAPSI) e do próprio (CIAPS Adauto Botelho), então ele disse que de 15 a 20 dias ele daria a resposta desses processos, e a gente não teve êxito em saber se esses processos já foram resolvidos ou não.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheira (Elisabete).

Elisabete: (Elisabete), federação. (Alzita), você deve nos informar quando você foi falar com ele, porque isso tanto pode ter acontecido 1 mês atrás, como 2 dias atrás, então seria interessante que você nos informasse.

Alzita: É, aqui tem a assinatura dele, 4/08/2014.

Elisabete: Bom, continuando, a minha pergunta é a seguinte, essa verba que saiu no diário, ela é carimbada, ou a gente faz o que tem vontade? Ela é carimbada? Então eu acho que cabe à gestão nos dizer como é que está isso. Eu acho que é muito simples, e também não adianta falar, foi empregada, foi empregada em que? Isso também deve ser dito, eu acho que é isso que o conselho, é isso que eu coloco como conselheira. Foi empregada, foi empregada em que, e se é verba carimbada, por que, que não está lá, se não estiver? E se estiver, aonde tá? Obrigada.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheira (Cida).

Cida: (Aparecida) da central. Só para compartilhar com os conselheiros que não estiveram presentes no (PTA) dos déficits né? O profissional (Manoel)

do (Aauto Botelho), ele fez uma apresentação do déficit do (Aauto Botelho), do lixo do (Aauto Botelho) que se encontra, o caos que se encontra, com muitas tristeza, assim como todas as áreas que vieram aqui apresentar o (PTA) dos déficits né? E discutimos aqui que nós devemos trabalhar as duas vertentes. Tudo vem que com essa política não é (Marlene), nós não devemos abandonar o (Aauto Botelho) tá? E, para isso, nós temos que enxergar 2015, um recurso lá, para que funcione, o (Aauto Botelho) né, porque nesse (PTA) a gente não viu. Veja, conselheiros, 2015, hospital que está sendo gerenciado por organização social tá, 27 milhões (Cárceres), (Aauto Botelho) 6 milhões no caos que está. Não tem como, não tem gestor nenhum que vai prestar lá.

Elisabete: Por mês? Por ano...

Cida: Eu vi o desabafo do próprio diretor aqui, dizendo que ainda leva até fama de ladrão, porque não consegue fazer gestão gente, espera lá. O gestor aqui, tem que explicar mesmo por que é que ele não consegue, nem executar do que já está aí programado. Vai chegar o (RAGUI) aí, todo mundo não executou praticamente nada, porque tem uma gestão que não funciona gente, para lá. Eu recomendo aqui de novo aos conselheiros, na hora de discutir o (PPA) gente, é enxergar que política, onde é que nós vamos colocar o recurso? (Aauto Botelho) não pode ficar do jeito que está. Temos que saber quem é que vai internar os pacientes, está pactuado isso, direitinho? Se é que vão estar executando mesmo, isso gradativamente. E o recurso para fazer a gestão, tem que ter recurso, assim como tem que ter as organizações sociais. Chamo à reflexão para os conselheiros na hora de aprovar o (PTA). (Aauto Botelho) precisa colocar o recurso lá dos déficits que o (Manoel) ficou de entregar, obrigado.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiro (Ambrósio).

Ambrósio: Bom, eu vejo a indignação de todos né? E eu fico pensando como é que fica o pessoal da gestão. Porque nós planejamos, e o planejamento no (SUS), ele também é ascendente, é discutido com todos, e planejado pelos setores, e executado pelos gestores. E aí nós temos um (PTA), um plano de trabalho anual, com recurso pré-estabelecido, como diz a minha amiga, cheio de caixinhas, cada um tem o recurso pré-estabelecido para as suas ações. E aí alguns gestores vão procurar ordenador de despesa, mas eu tenho aqui certa quantia para eu executar. Cadê o recurso eu estava aqui? Ah mas foi tirado para outros setores, para cobrir outros fatores. Aí a conselheira pergunta, mas não tem verbas que são carimbadas? Que vem direto da fonte 112, para fazer os devidos projetos? E está a fonte 134 que é do tesouro, que é também específica, que foi planejada para fazer aquela execução? Aí nós temos um aremeio, que leva milhões e milhões de recursos do (SUS), mas não executa, não executa o planejamento que nós aprovamos, que nós fizemos em conjunto com todos. E cada vez mais nos deixa indignados né, (inint) [02:49:57] da comissão, e cobra, cobra, cobra e as coisas não se executam, e as indignações cada vez mais vão se (inint) [02:50:09]. A gente vê, aí vou ser repetitivo, vê alguns hospitais que consegue levar recursos, e recursos extraordinárias. E ainda mesmo assim não faz a gestão adequada. E nós estamos mais preocupados com esse tipo de recurso que está indo para as (OS's) e vamos estar trabalhando diretamente, fiscalizando essas (OS's) de forma mais incisiva. Então nós temos uma rede que deve ser implantada, temos uma solicitação de fechamento não, não pode mesmo, fechar seria irresponsabilidade muito grande, as implantações em 3 níveis, ou seja, preciso que os gestores

estejam presentes nas reuniões tripartite para deliberação desses recursos advindos nas (CIR), nas (CIB's), estar aprovando, estar executando essa rede que nunca se sai, e aí quer tirar algo que está funcionando, para fazer sem estabelecer a rede ainda para atender o público, os usuários, como é que ficamos? Então é preciso que se cumpra aquilo que se planeja, porque senão nós não temos como sair, vai sair do (inint) [02:51:41] vai sair fora das nossas governanças, e fica só a responsabilidade para responder a posteriori dos atos que não foram, foram planejados mas não foram executados.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheira (Sueli), com a fala da conselheira, nós encerramos as inscrições.

Sueli: Tá, boa tarde à todos, novamente, eu sei que a gente está assim muito indignado com toda essa situação, e para a gente, também aqui, eu gostaria de ouvir o que, que a gestão que está aqui sabe? Por falar para a gente, e principalmente para os trabalhadores. Eu estou pedindo para liberar a fala para a gestão aqui o, é o meu tempo. O (Huarc) aqui vai responder, um dos 3 aqui.

Alzira Almeida Saldanha: Secretário.

Huarc: Eu acho que, gente, para quem não me conhece, meu nome é (Huarc), eu sou médico, a gente está aí na saúde pública há algum tempo, a gente sabe das dificuldades, claro que quando a gente escuta, nenhum gestor fica satisfeito com uma situação dessa não é? Eu sou da ponta, já atendi muita gente, já trabalhei aí, unidade de terapia intensiva, (Goiás), (Mato Grosso), pronto socorro de (Cuiabá), aqui no (Mato Grosso) muito no pronto socorro né, a gente tem que discutir sim algumas coisas. A questão da situação precária dos trabalhadores dentro do (Adauto Botelho), isso

tem que mudar. Ninguém seria aí leviano de dizer que está tudo bem. A gente sabe que está mal, sabe que tem muito para avançar nesse ponto aí. A gente tem visto, não é só o estado de (Mato Grosso), a gente está com problema de saúde pública no (Brasil) inteiro. Se alguém apontar qual estado que está bem aí na saúde pública, falar assim oh, ali não tem problema, não existe. Desde o momento que o governo federal toma algumas decisões que desfinanciam a saúde, claro que o reflexo vai ser lá embaixo. E a gente, no estado de (Mato Grosso), ainda tem algumas coisas, com desfinanciamento, que comparado com nosso estado irmão aqui que seria o (Mato Grosso do Sul), provavelmente o per cpato nosso de investimento do ministério aqui dentro do estado é a metade do (Mato Grosso do Sul) né, então assim, temos problemas sim, com relação à saúde mental, à política que vem se desenvolvendo, com relação à saúde mental, ela, a tendência é que os hospitais especializados em saúde mental eles desapareçam. Isso é uma tendência da saúde, quando eu fui em (Brasília), ainda no final do ano passado, eles me falaram o seguinte, tinha acabado de entrar na gestão, a primeira pessoa que eu encontro lá no ministério, falou “oh, estivemos em visita lá em (Cuiabá), fomos num grupo, e o nosso parecer vai ser pelo fechamento da unidade”. Eu falei, “uai, como?”, de cara eu já tive um susto em (Brasília). Eu falei, “não, se vocês fecharem a unidade, não tem para onde ir os pacientes. Os pacientes vão ser jogados aonde? Na rua? Isso não é possível.”, aquele momento a gente já começou a relação com ministério, de montar grupos de trabalho, para discussão aí da, (RAPIS) no estado de (Mato Grosso), a (RAPIS), ela foi aprovada em (CIB), eu acho que umas 3 ou 4 (CIB’s) atrás, ela foi aprovada, no âmbito estadual, menos abastada foi a (inint) [02:56:29] foi só o município de (Cuiabá) que não conseguiu se pactuar, a (RAPIS), algumas discussões, com relação ao

gestor local. Diante dessa política, várias discussões, eu queria trazer sempre o ministério para cá, para a gente ampliar a discussão, e é claro que envolver todos os trabalhadores. Está tendo as reuniões, dia 17 agora o pessoal da (RAPS) do ministério está em (Cuiabá), para a gente discutir. Uma coisa é discussão da política de saúde mental, outra coisa é a estrutura física do complexo de saúde mental do estado né? Então são duas discussões diferentes, claro que a proposta de deshospitalização e de internação em hospitais gerais, ela tem que avançar né, então nisso, vai se discutir, vai avançar, mas a estrutura do (Adalto Botelho), ela tem que ser melhorada sim. A gente tem feito um esforço, (inint) [02:57:45] que vai discutir um pouco aí, sobre a aquisição, de uma maneira geral na secretaria, ela vem atravessando dificuldades. Não preciso falar isso, pois vocês sabem disso, o adjunto, o (Marcos Rogério) vai dizer sobre isso, mas o que eu queria deixar aí, falar com vocês. O secretário (Jorge) ele tem ido ao ministério público, tem pactuado, ele não tem assinado, mais termo de ajustamento de conduta. Ele tem ido lá, e dentro das ações que vem correndo há vários anos diga-se de passagem, isso não começou agora, essas ações aí elas são públicas, são ações coletivas, e vem rodando há vários anos, caiu no colo do secretário, paciência, está na posição é o ônus do trabalho. Ele está lá é para isso mesmo. Então tem sido discutido junto ao Ministério Público, junto ao Doutor (Alexandre Guedes), e tem sido montado termo de acordo dentro do processo. Isso é algo que quem está na gestão no momento, e na próxima gestão não tem como correr e não executar. Porque senão executar, ele vai executado judicialmente. Então é muito complicado do que está sendo feito nesse momento. Acho que isso foi uma oportunidade de ganho para o servidor, por que vamos sair daqui, dezembro está chegando, nós vamos sair, vai chegar outras pessoas, e toda

vez que muda gestor, a gente sabe que existe um laço aí de gestão, uma curva de aprendizado, quem entra na máquina tem que sentir o barco para começar a tomar as primeiras decisões, que o barco tem que continuar navegando, que não tem como você encostar o barco, para tudo e vamos começar tudo de novo. Isso não existe, você tem que continuar fazendo isso, e tomando as decisões do dia a dia. Eh, o primeiro termo de acordo que foi feito, foi o do (Hemocentro), na próxima semana, vai ser o do (Cridac) e logo na sequência o do (Adalto Botelho) né, então a cada duas semanas, está indo, está um desses processos está correndo e está sendo pactuado dentro do ministério público. Acho que o grande ganho aí é, não, não vai poder (inint) [03:00:41] sobre o tema aí judicial de execução da pessoa física como gestor principal. Era só isso que eu queria falar assim, com relação aos trabalhadores, claro que a gestão tem que pedir desculpa por como os trabalhadores estão, naquela situação, estão trabalhando, estão dando a melhor assistência possível, para os pacientes dentro da condição que os tá, mas não temos muito mais o que falar, tá, obrigado, boa tarde à todos.

Marcos Rogério: Boa tarde à todos, (Marcos Rogério), secretaria de administração sistêmica da secretaria, e eu recebi uma pauta específica com relação à 6 processos, os quais inclusive já foram mencionados aqui, mas foram discutidos na última reunião que foi feita entre nós da gestão e uma equipe de servidores, do (Adalto Botelho), vou mencionar com relação às outras que foram abordadas, mas dados concretos hoje eu trouxe com relação aos processos de aquisição de medicamentos que os demais não constavam na pauta que eu recebi. Se for necessário, a gente formaliza isso e encaminha por escrito ao conselho quanto aos demais pontos, nós

estamos dentro do prazo ainda de justificativas, a reunião foi no dia 5 de agosto, é 1 dia a mais, 1 dia a menos eu acho que é irrelevante, então assim, a gente vai mencionar ali dados da execução do (Adauto Botelho), valores que foram empenhados, liquidados e pagos no ano de 2013, e no de 2014 até o mês de agosto, em 2014, já foram empenhados para o (Adauto Botelho) dos recursos que estavam no (PTA) 3 milhões e 900, dos quais 2.869 já liquidados, e efetivamente pagos os 2 milhões 828. Só queria ressaltar com relação ao que foi dito por, não me recordo qual conselheiro, com relação à movimentação orçamentária. Já foi dito aqui que o (PTA) quando ele é elaborado, ele é deficitário em todas as unidades. Quer dizer, isso já se sabe, é um valor orçamentário menor do que a necessidade das unidades. Por que, que isso é feito e não é revisto pela gestão atual? Porque a gestão também elabora em cima de um teto que ela recebe, nós não recebemos um valor maior e passamos menor para as unidades. A secretaria de planejamento quando encaminha, ela já nos diz, o teto para a secretaria de estado de saúde no ano é X. Em cima desse X, as rediscussões da (PTA) são feitas, e esse valor é distribuído para as unidades. Mas a movimentação orçamentária que é feita, ela não é feita de maneira nenhuma sem o conhecimento do responsável no (PTA). Se nós buscarmos os processos de movimentação orçamentárias que foram feitas, eles são assinados pelo responsável pela unidade. Então assim, não dá para dizer que a gestão pura e simplesmente, sem qualquer motivação vai lá e retira o orçamento de uma unidade e repassa para outra. Isso acontece, essa movimentação? Acontece. Mas há um déficit em quase todas as unidades, praticamente. Então se não se priorizarem algumas, se não fizer essa movimentação orçamentária, inevitavelmente a execução ficaria muito pior do que ela é. Então é uma questão que eu sempre gosto de ressaltar

que ela tem que ser dita, e muito embora algumas pessoas discordem, que todos os problemas da saúde são pura e simplesmente decorrentes de má gestão. Em parte, pode até ser, mas não é somente por isso. Se você tem uma demanda posta, e tem uma disponibilidade orçamentária financeira menor, inevitavelmente os problemas vão acontecer.

F: (inint) [03:04:57] não acontecer, então o senhor faz uma previsão que não vai acontecer?

Marcos Rogério: Mas, como assim? Se nós trabalhamos dentro de um limite que é disponibilizado, o que eu quero dizer, é que para o gestor da pasta, ele trabalha dentro de um limite, obviamente, esse valor ele é aquém da necessidade? É. Nós sabemos disso? Sabemos. Mas nós só podemos gerir aquilo que nos é disponibilizado. Então assim, eu entendo que é pertinente a discussão em sede de conselho, ela é extremamente necessária, mas ela tem que ser inserida nessa discussão, uma cobrança da gestão, para que a gestão aprimore, para que a gestão dê condição de trabalho para as unidades, para que a gestão promova todos os seus processos de uma maneira devida, mas a gestão necessita também do apoio no sentido de que o montante de recurso seja revisto. Sob pena desses problemas, como eu já disse em outras unidades, eles vão continuar. Virá uma outra gestão, que vai trabalhar com o mesmo limite orçamentário financeiro, e muitos dos problemas ainda vão permanecer.

F: Mas e (inint) [03:06:05].

Marcos Rogério: Sobre isso eu vou explicar. A exemplo, antes de entrar no detalhamento dos processos de aquisição, eu acho que é pertinente ressaltar esse ponto em específico do valor que já foi mencionado que consta no diário oficial, que veio no ano de 2012, é isso? Esses valores que

vem com destinação específica, eles não podem ser direcionado para outra finalidade. Nada, eu vou explicar, é isso que eu vou explicar. Assim, foi dada a oportunidade para que vocês falassem, fizessem a exposição, e eu peço que também me seja assegurado expor e à medida que questionamentos surgirem, dentro da minha limitação eu vou responder, esclarecer. Os valores que vem num determinado ano, com uma destinação específica, eles não podem ser destinados para outra finalidade. Agora há de convir que neste caso, neste caso em específico eles vieram para uma obra, é isso? Esses valores eles, para serem utilizados eles precedem de um, um processo licitatório, uma aquisição, uma contratação para que a obra seja feita. Quando isso não se conclui em 1 ano, esse recurso, ele passa de ser fonte 112, do ano corrente, para recurso de fonte 312, no exercício seguinte. Para a secretaria poder se utilizar desses recursos, é necessário um parecer da auditoria geral do estado, e o balanço está fechado, aí nós pedimos um super ávit orçamentário por conta daquele recurso que já veio de um ano anterior. Isso no ano de 2014, aconteceu, salvo engano no mês de julho de 2014, é possível, se preciso a gente encaminha para cá o parecer da auditoria, a data em que a auditoria eu esse parecer, porque a gestão não tinha como lançar mão desse orçamento antes disso. Qual que é o problema? Dependendo da data em que isso é disponibilizado, se o processo licitatório não for concluído no ano, vai acontecer a mesma coisa no ano seguinte, e aí a gente retorna numa questão que eu também já disse perante o conselho. Há uma deficiência no quadro de servidores da secretaria. Não deficiência técnica, não deficiência na competência dos servidores. Mas no efetivo, a demanda que a secretaria de saúde tem que atender, nos processos de aquisição, ela é muitíssimo além da capacidade produtiva dos trabalhadores, foi dito aqui sobre mesa de debate,

valorização do servidor, condições de trabalho do servidor e isso é imprescindível, mas o efetivo que secretaria tem na área meio hoje, ele é deficitário.

M: (inint) [03:08:43]. Olha só, isso que você colocou é a verdade, agora, (inint) [03:08:54] esse dinheiro que deveria ir para a conta do fundo, e com certeza (inint) [03:09:00] como é que a gente vai ter governabilidade desse recurso para ele vir para o (Adauto)?

Marco Rogério: Vou te explicar, esses recursos de fonte 112 eles não vão para a secretaria de fazenda. Recurso de fonte 112 ele está numa conta específica. A secretaria de fazenda ela não tem governabilidade sobre os recursos federais fonte 112. Sobre quais recursos ela tem? Recursos da fonte estadual que é a 134. Isso é ela quem arrecada e é ela quem repassa para a secretaria de saúde. Sobre esses recursos existe gestão da fazenda. Sobre os recursos federais não. Ele vem em conta específica. Se for necessário pegar a informação do (FIPLAN), solicitar no financeiro da secretaria de saúde qual é a conta em que esse recurso foi depositado, e a gente tirar um extrato e demonstrar que o recurso está lá. Recurso de fonte 112 ele tem que estar assegurado. Em que situação isso não ocorre? Por exemplo, recurso que veio, deveria estar na conta, não está por que, bloqueio judicial. Isso ocorre. Quando acontece um bloqueio judicial ele não pergunta de que fonte é esse recurso. Ele vincula ao CNPJ da secretaria de saúde. As contas em que o CNPJ for o da (SES) o sistema pode bloquear. Aí é dever nosso com recurso estadual fazer a reposição do valor. Exatamente, seria reposição com recurso estadual. Isso não é automático, por quê?

M: (inint) [03:10:46]

Marco Rogério: O recurso não chegou a entrar na conta?

M: (inint) [03:11:00]

Marco Rogério: Tá.

Orlando: Ela foi para a conta núcleo sistêmico? É isso que a gente precisa saber.

Marco Rogério: Não, eu volto a dizer, fonte 112, fonte 112 isso não pode ocorrer. Se algum dos conselheiros souberem de algum caso concreto é só mencionar. Vamos lá, a gente vai junto na contabilidade e verifica qual, em que conta esse recurso deveria ser, ter sido depositado e tira extrato da conta para certificar que ele foi para aquela conta, se ainda está lá, se não está por que razão. Mas recurso 112 não tem essa mobilidade.

Alzira Almeida Saldanha: conselheiro? Eh, na anterior o senhor apresentou o empenhado liquidado e o pago. Mas isso representa que percentual, o liquidado que é já efetivado do montante de 2 previsto para 2014?

Marco Rogério: Eh, eu não tenho o valor total do (PTA) 2014 do, 7 milhões? 6 milhões o valor.

Alzira Almeida Saldanha: De 6 milhões até agosto?

Marco Rogério: 3 e 900 já empenhado.

Alzira Almeida Saldanha: Empenhou 3 e 900 e liquidou 2 e 800 e 69?

Marco Rogério: Exato.

Alzira Almeida Saldanha: Só para medicação ou todo o orçamento?

Marco Rogério: Eh, dos 6 milhões totais 3 e 900 já foram empenhados. Eu não tenho aí o detalhamento. Mas se necessário, a gente encaminha para o conselho.

Alzira Almeida Saldanha: Tá, obrigada.

Elizabete: Eu acho que seria interessante a gente receber esse detalhamento, se for possível receber.

Marco Rogério: Agora vamos entrar naquilo que foi pauta específica que foram os processo de aquisição que foi discutido no dia 4, 4, isso né? 4 de agosto. Esse primeiro processo que é o 207001/2013, aquisição de computadores para atender, eu não sei exatamente qual unidade do (Adalto Botelho), mas esse processo está devidamente empenhado, já está na aquisição para elaboração do contrato e assim que esse contrato for assinado o prestador, o credor, o fornecedor no caso ele tem que fazer a entrega para a unidade. Então esse é um processo que está já concluído, aquisição, empenho, está elaborando contrato, ele vai ser assinado, publicado e esses computadores tem que ser entregues. Processo 246908/214, colchoes, aquisição de colchoes para as unidades. Isso já foi feita a reserva orçamentária, ele já retornou para a aquisições para realização do pregão específico para aquisição desses itens. Processo 329936, eu não me recordo se, esse que é daquele material, qual que é o nome da, seu nome mesmo? Aquele processo dos material acho que educativo que você, materiais de arte terapia. É esse processo 329936. De todos os processos que nós fizemos menção, esse é o que está ainda na aquisições para fechar a cotação dele. Acho que, sim, exatamente. Vamos lá, o compromisso que foi feito no dia da reunião era de que relacionaríamos os processos do (Adalto Botelho), seria dado prioridade no andamento desses processos, na medida do possível alguns já foram concluídos e a gente vai até mostrar no final que a gente elaborou uma relação com os medicamentos que já foram, que os processos de aquisição

já concluiu nominando exatamente qual é o medicamento, que é para vocês que conhecem avaliar, “ah, isso aqui é muito crítico”, aí vocês já vão saber em qual situação ele está. Vai também. Volto a dizer, nós entramos naquela situação de limitação de pessoal. A equipe, a mesma equipe que atende (Hemocentro), (CRIDA), (Adalto Botelho), a própria secretaria é a mesma que atende. Assim, é complicado, eu sei que esses processos são morosos por si só, mas se você tem uma equipe reduzida não tem como a produtividade ser maior. Por isso que eu disse no início, isso, isso vai contribuir. Vamos lá pessoal, processo 259535, isso é aquisição de medicamentos. Esse processo ele continha 32 itens. Dos 32, 30 itens já foram adquiridos, já estão a disposição da unidade. 2 itens desse processo não foram porque tiveram problema na cotação, que são esses 2 mencionados aí. (Carbocisteína) solução oral e (Neomicina) que é pomada. Esses 2 não, a aquisição deles não foi concluída por deficiência na cotação. Existem itens que quando a secretaria tenta licitar ela não tem fornecedor que cote, as vezes o fornecedor não entrega, essa aquisição fica comprometida. Como que a gente adota o procedimento lá? Os que ficam para trás desmembra do processo originário e quando a aquisição não é possível mediante a licitação, se faz uma dispensa em função da urgência. É o caso aí, dos 32 30 foram adquiridos, apenas 2 não. Aí é uma situação que a gente tem que verificar. Se o empenho já foi feito, já foi demandado para o fornecedor, ele ainda não entregou, nós estamos notificando aqueles que ainda não fizeram a entrega. Alguns processos nós vamos mencionar aí os empenhos foram feitos agora no dia primeiro. Os empenhos recentes os fornecedores ainda estão no prazo das entregas, o que não é o caso desse, que esse é um processo mais antigo. Esses todos os itens já deveriam ter sido entregues, se ainda não foram. Nós vamos entrar

depois mencionando item por item. Esses 2 processos que estão naquela relação dos 6 processos, (Alzita), eles faziam parte do processo do mutirão. Então eram esses 2 mais o processo anterior de 32 itens. Mas esses 2 eles não contemplam o (Adalto Botelho). Nós fizemos um detalhamento lá, uma análise do processo físico e se certificou que esses 2 não tem demanda do (Adalto Botelho) neles inserido. Mas nós fizemos questão de mencionar aí que é só para esclarecer que dos 6 esses 2 não contemplam o (Adalto Botelho). Vamos lá. Aqui, pode passar esse. Então assim, só para a gente fazer uma ordem cronológica dos fatos. Em julho o processo que a secretaria priorizou para atendimento do (Adalto Botelho) foi aquele primeiro do mutirão que eu já disse 32 itens dos quais 30 já foram adquiridos. É que eu estou só fazendo uma cronologicamente mencionar. A partir daquela reunião foi finalizado um pregão da secretaria que gerou 11 processos de adesão de medicamentos para atender as unidades do (Adalto Botelho) totalizando 45 itens que foram empenhados agora no dia primeiro do 9. Pode passar esse. Daquele pregão, 11 processos nós fizemos adesão cujo empenho já foi feito conforme ali ó, o número do processo, o medicamento que está contemplado naquele processo, a data em que ele foi empenhado, quem é o credor, que é o fornecedor desse medicamento e qual é o número de empenho que foi encaminhado para a entrega. Então assim, são 11 processos e aí estão os 45 itens que foram contemplados. Como o empenho é do dia primeiro do 9, eu confesso que eu não levantei informação do prazo de entrega de cada um deles. Mas eu me comprometo em amanhã informar para o conselho e informar para a unidade qual é o prazo previsto de entrega de cada um desses itens. Confesso para vocês que qual é o medicamento, o grau de importância deles eu desconheço. Volta lá naqueles pendentes, qual que é, isso. Olha só, existem alguns

processos que, conforme a colega ali perguntou por que, que ainda não foram entregues. Esses medicamentos que constam nessa coluna aí, nessa quantidade ela está devidamente empenhada, e aí menciona do quantitativo empenhado qual o montante que efetivamente foi entregue e quem é o fornecedor. Em alguns casos nós não recebemos entrega total dos itens mesmo efetivando cobrança desses fornecedores. Nós estamos fazendo o que, formalizando uma notificação, porque se ele participou do processo de aquisição, recebeu devidamente o empenho, é dever de ele fazer a entrega. Aqueles que não fizeram a secretaria está notificando através da coordenação de aquisições para que essa entrega seja feita. Agora no dia primeiro por conta da pauta da reunião de hoje nós fizemos contato com a unidade e a (Kelly) que é a farmacêutica que assessora o gabinete do secretário ela recebeu por e-mail, eu não sei dizer quem é que encaminhou o e-mail, eu não trouxe cópia, uma lista com 82 medicamentos que seriam aqueles que estariam pendentes lá no, que seria a necessidade da unidade. Mas volto a dizer, isso foi encaminhado via e-mail. Esses processos eles tem que necessariamente ter a mesma formalização, sob pena da gente não conseguir fazer atendimento. Desses 82 itens 25 deles possuem registro de preço, 12 deles já estão devidamente empenhados, que 12 que constam lá na lista de 82 já estão empenhados aguardando entrega. 7 deles constam no estoque. Então de 82, 7 estão no estoque a disposição das unidades. Dentro desses 82 itens 18 são classificados como material médico hospitalar, dos quais 9 também estão disponíveis no estoque. Veja o que a gente já diz, os que estão disponíveis e que essa é uma lista extraoficial, vamos dizer assim. É necessário que isso seja demandado formalmente para a coordenação de aquisições para que se proceda a aquisição desses itens. Aí o que a gente já disse com relação a

notificar as empresas, a estar fazendo essa conversação com as unidades como foi feito no dia 4. Eu pedi e as pessoas que estiveram na reunião podem confirmar, que haja também esse acompanhamento e cobrança lá, muito embora a (Alzita) tenha dito que não obteve êxito em resposta, eu creio que nós estamos dentro do prazo, a reunião foi dia 4, a, dias úteis, eu não posso trabalhar final de semana, as equipes não trabalham. Doutora, essa é uma outra questão, eu não entro nesse mérito. Eu posso, eu falei de 15 a 20, eu falei de 15 a 20. Então nós vamos lá, e até porque a pauta de hoje já estava marcada, então não havia necessidade de fazer uma conversa prévia se já estava estabelecida essa conversa aqui junto ao pleno do conselho. Assim, na medida do possível, a secretaria está se mobilizando para adquirir, é uma deficiência no setor de aquisições, isso existe. A problemática, eh, eu não, a secretaria de saúde agradece, é necessária essa mobilização, vocês sabem que já foi ditada uma portaria pelo secretário constituindo um grupo de trabalho para fortalecer essas unidades. A área meio da secretaria de saúde ela tem carência de servidor. Aquisições, os volumes de processos são muitos. As vezes vocês falam “ah, por que, que não comprou?” eu vou dar um exemplo aqui que eu acho que é pertinente eu fazer um esclarecimento. A secretaria recebe a demanda de aquisição de determinado medicamento, ela inevitavelmente tem que observar o processo licitatório. Isso demanda, por si só, tempo. Mas via de regra, quando esses processos chegam o desabastecimento de algumas unidades da secretaria ele tem sido recorrente, infelizmente. Acaba gerando para nós na avaliação de que é urgente a reposição de estoque, com toda certeza. Sempre que necessário a secretaria tem feito dispensa de licitação para que tenha celeridade. Mas mesmo fazendo isso existe um tramite mínimo que tem que ser observado. Não é porque fazemos uma dispensa que ela é feita

de qualquer forma sob pena do gestor também responder. Porque o tribunal quando analisa, ele diz, é uma urgência? O risco de vida é urgente? Com toda certeza. Mas que é que deu causa à essa urgência? Por que, que isso não foi adquirido com planejamento maior? Aí a gente entra naquela situação. A equipe ela é reduzida para fazer toda essa compilação dos processos, aonde que entra a questão financeira, entra usando a secretaria, se ela não tiver pontualidade em todos os seus pagamentos, muitos fornecedores não participam das licitações. Ou ele não participa, ou ele não entrega, e isso acontece? Infelizmente acontece.

M: (inint) [03:25:13] recurso humano para a licitação também.

Marcos Rogério: As duas coisas, é o que eu disse, uma coisa agrava mais ainda, porque se você tem um quadro reduzido, o processo, inevitavelmente ele vai ser mais moroso do que o normal, se você tiver qualquer um histórico de ir, atraso de pagamentos, muitos dos fornecedores acabam não tendo interesse. E quando se fala de medicamento, existem determinados medicamentos que apenas um fornecedor vende no estado, e se você não tiver um bom relacionamento com esse em específico, você vai fazer o processo licitatório, ele vai ser deserto, e na sequência você tem que fazer uma dispensa de licitação. E aí você não compra, no processo licitatório regular porque ele é fracassado ou deserto, e na dispensa da licitação eu pergunto, você vai comprar de qual fornecedor? Do mesmo. Porque às vezes ele não participa no processo regular, mas na dispensa, a urgência ela reverte, a urgência é da secretaria, ela tem que responder o estoque porque é risco de vida de uma pessoa, porque é uma liminar que ela tem que atender, e quando ela aquisição ela é feita de maneira urgente, inevitavelmente o custo dela é maior.

M: (inint) [03:26:44].

Marcos Rogério: Mas naqueles processos que nós mencionamos dos itens 45, eles foram regularmente feitas as licitações, foi adesão, então assim, não é uma reposição plena, porque certamente mesmo quando você sem carro de avaliar essa lista que já foi adquirida, vocês vão apontar que existem outros que ainda não foram, mas nós infelizmente temos que observar esse processo, a tentativa de uma licitação regular quando ela não é exitosa, aí nós fizemos a dispensa. Aí tem respaldo para isso.

M: Pela fala do (inint) [03:27:08] tem um problema estrutural que é com relação (inint) [03:27:13] falta de dinheiro, falou que era problema de recursos humanos, e a gente sabe que processo licitatório é complexo, só que no caso da saúde, a situação fica crítica (inint) [03:27:30], isso pode esperar, agora, talvez fosse uma ação importante desse conselho (inint) [03:27:40] documento um ofício para o governador, ou para a secretaria de educação, para realocar mais gente para esse tipo de atividade que é um gargalo da secretaria. Pô, porque não é possível, se tem um recuso, e você tem dificuldade de, esse conselho faria, poderia produzir um documento desse sentido. Porque teve concurso recente dos (inint) [03:28:11] de repente é você nominar e a gente referendar alguma coisa nesse sentido, pelo menos para minimizar a situação.

Alzira Almeida Saldanha: Eu gostaria de pedir licença à esse pleno, tem uma pessoa, uma funcionária, (Maria Idair), que pode contribuir para esse esclarecimento em relação aos medicamentos. Eu gostaria de solicitar desse pleno a autorização para que ela possa falar. Quem concorda permaneça como está, quem discorda.

F: Só deixa eu fazer uma pergunta para o (Marco), (Marco), eu lamento você não estar aqui na última reunião do (PTA), porque todas as áreas disseram aqui que as coisas não funcionam. Que a gestão não funciona, é só por causa do recursos humanos, o que, que é, esse momento é agora para vocês esclarecerem por que, que as coisas não funcionam, e está péssimo, as pessoas não conseguem executar as suas ações.

Marcos Rogério: Posso falar? Volto a dizer, recursos humanos é um problema na área meio? É. O conselho e entender necessário, formaliza para a secretaria, pede um detalhamento do quantitativo de servidores que a secretaria possui na área meio, pede o descritivo da lotação desses servidores, onde eles estão, e aí você vão identificar que a coordenadoria de aquisições, ela atende quem na (CES)? Todas as unidades. Se você tiver um quadro reduzido, inevitavelmente, a demanda é maior do que a capacidade de produção do servidor. A morosidade ela vai ocorrer? Obviamente ela vai ocorrer. Não é só (RH), no caso de aquisições, (RH) é uma necessidade de reposição, a questão financeira que eu disse no início, e pedi, inclusive, que o conselho se manifeste nesse sentido, também. Num processo de aquisição que eu fiz relato aqui é o caso. Se você demora na instrução processual, e tiver qualquer histórico de atraso em pagamentos, essa licitação ela fica prejudicada, ela ocorre num tempo maior, a um custo maior, e ocasiona o que? Desabastecimento da unidade, e a gente não otimiza o recurso, com o valor X que eu poderia comprar 10, com esse mesmo valor X a gente acaba comprando menos.

Alzira Almeida Saldanha: São quase 18 horas, faltam 5 minutos, eu quero solicitar do pleno estender o tempo.

M: Até 18:30?

Alzira Almeida Saldanha: Até 18:30? Oh, até 18:30, lembrando que quem estiver com carro no estacionamento, tem que retirar. Até às 18:30 o estacionamento daqui, secretário, daqui. Gente, não vamos dispensar, porque tem muita coisa para ser dita.

Maria Idair: Senhores, boa noite, meu nome é (Maria Idair), trabalho no (Adauto Botelho) há 10 anos, sou filha de uma mãe doente mental falecida. Então quanto é difícil ter um paciente doente mental na família? Isso, acho que todo mundo é de conhecimento, acho que já viu. Mas o que acontece? Mediante essa luta dentro do meu trabalho, eu já trabalhei na (CAF), na (inint) [03:32:02], porque eu estou dizendo isso? Para não pensarem que eu não tenho conhecimento. E trabalhando no (Adauto Botelho), não conseguia abastecer ele com medicamentos que custam 4, 5 centavos o comprimido. Eu estou dizendo de 80 mil comprimidos, ficar 10, 11 mil reais. Só que isso o paciente sem esse medicamento fica lá, contido, sofrendo, gritando, ouvindo vozes, é uma loucura realmente, aquilo mesmo, realmente você vê tudo isso. E o que acontece? Em busca disso, vou fazer alguma coisa, vou tentar. Consegui através de outro vínculo trabalhar na licitação, estou lá há 4 anos, e vou pedir para sair porque eu estou ficando doente e não consigo resolver o problema. Às vezes bato em porta, sempre, não porque está na frente dele, ele me ouve, mas tem a secretária, eu sou farmacêutica, quem vai me atender? Não consigo, ficou 2, 3 horas e não consigo falar. Esses relatórios que ele apresentou tem várias divergências, foi feito pela minha colega (Kelly), farmacêutica também, e eu tenho falado, já até tiver divergência com ela em relação à isso, e tenho explicado para ela. Por quê? Tudo que eu falo, tem documento e provo, é uma pasta enorme. O que, que acontece? Em 2012, comecei a

trabalhar, então tá. Qual que é a dificuldade de se adquirir os medicamentos? Muito barato. Então faz um pregão, 1,2, 3 itens aqui, outro aqui, outro acolá. Aí não consegue por que a documentação é muito cara para o fornecedor mandar para atender. Então eu falei, falei primeira coisa, então vamos juntar um pregão único, de todos psicotrópicos. Fizemos pregão número 40, a ata está vencendo agora em setembro de 2014, foi em 2013 que ele foi feito, tinha todos os itens que a gente precisa, o que acontece é que a empresa que ganhou, (Costa Camargo) e (Rio Clarence) é de um único dono. Eles entregaram o primeiro, como houve atraso no pagamento não entregaram mais. Como esses medicamentos estão registrado e empenhados, a gente não consegue comprar de novo, porque o servidor vai apontar isso daí. Então eu ia na caixa e dizia, estamos precisando disso, o que, que a gente precisa? (inint) [03:34:39] uns 6 itens. E aí o que, que acontece? Porque o resto que fica sem você troca, mas a quantidade de medicamento que você consome, você não consegue trocar em outro legal, porque é grande. Aí o que, que acontece? A empresa não entrega. Aí um dia eu consegui falar com ele, estava devendo uma nota de 1900 e pouco, e outra de 12 mil. Foi pago, só eu ela disse, “não trabalho mais com a secretaria de saúde.”, fui na (CAF) várias vezes, várias vezes, várias vezes. Pedir o pessoal, isso você tem que pedir favor. Porque você está adentrando à outro setor, notificamos a empresa, tentei falar várias vezes e o problema continua, e eu já falei, já documentei, já falei com meu diretor, já assinei, já mandei documentos. O que, que acontece? O problema continua. Veio não, vamos fazer um emergencial para a Copa, que este relatório está , e eu provo que eu tenho carimbada a lista que eu entreguei. Desses itens que foram comprados, foram sim nesse número, os E, não são os essenciais, são as pomadas, são as outras coisas, por que o

que precisava continua empenhado e não foram adquiridos. Porque se eles já estão empenhados, a colega não pôs para cotar e comprar, porque seria ilegal, a gente precisaria de uma solução de alguém superior. E o problema continua, e eu estou sempre falando com ela e com todos. O problema é este, este e este, continua, não está resolvido. Os 7 itens, essa lista, ela pediu para mim ontem, para rever, para tentar comprar dos laboratórios oficiais, que eu passei por todo lugar, por isso que eu passei para ela por último. Por quê? Vendo a situação, eu explicando para ela, eu falei, olha, está dizendo que tem 7 no estoque, não no estoque do (Adauto Botelho), tem no estoque da (CAF), como que eu vou lá, por exemplo, (Descarpax), se eu peço (Descarpax) que é a gerente lá não é farmacêutica. É competente? É. Mas não é farmacêutica, não entende. Então eu só peço produto pelo nome que tem, e ele está lá cadastrado com vários nomes, tem um que está zerado, o outro tem. Então assim, eu quero só deixar claro que esses 7 itens é no estoque da (CAF) por estar com outro nome, todos os meses são feitos os pedidos normal, tudo certinho nós não temos acesso ao sistema para saber o que tem lá, e se não for tomada uma providência em relação à esses medicamentos que estão faltando, vai continuar, porque o problema é esse tá? Você muito obrigada e me desculpa. E peço a ajuda de todos.

Alzira Almeida Saldanha: Encaminhamentos.

F: Reunir todas as unidades, (inint) [03:37:56].

Orlando: Tá, eu só queria aqui fazer uma, aproveitar viu (Marcos Rogério) porque é tenso, ela citou lá o caso que ela perdeu a mãe né, é tenso, a gente fica segurando, se arma, se desarma, mas por exemplo, nós acompanhamos em determinado momento em que a secretaria de administração, eu falei isso na reunião passada, quem estava na reunião passada deve lembrar.

Que a (SAD) tem sido a grande vilã, a grande centralizadora de poder para tomar decisão, se a gente retirar aqui uma resolução do conselho, para que isso seja imediatamente efetuado, se preciso for ir no ministério da saúde, porque não é possível, a gente tem acompanhado aí as ações da secretaria de administração, e que são ações de retrocesso, principalmente na educação e na saúde. Então nós temos que, através de uma resolução do conselho, para que a gente possa ter uma condição de resolver isso de imediato. Essa reforma do, não vou nem entrar em detalhe na questão do recurso aqui, porque vocês vão verificar isso lá na agência do (Banco do Brasil) no (Paraguai), não sei onde que é lá, eu tenho até aqui as agências mas não vai dar tempo de falar. Então todas as agências estão aqui anotadas no meu caderno. E aí a gente tira essa resolução para que a gente encaminhe isso de imediato, se for preciso, a proposta dele, inclusive, é essa, se for preciso essa condição de ter recursos humanos para encaminhar isso, se o problema é esse, recursos humanos. Se tem o recuso, isso, o programa recursos humanos é para a gente encaminhar, então a gente tira uma resolução já diante de todo o cenário que nós apontamos já aqui.

Alzita: (Orlando) só para completar aqui, (Orlando) eu não acho que só a (SAD) entendeu? A (SAD) provavelmente se a gestão pedir recursos humanos, entendeu? É uma coisa, agora no problema de pregão, de não sei o que, de não sei o que lá de licitação, eu acho que o que a (CES) demandar, em sabendo que é da secretaria de saúde, e em conjunto, é resolvido, então eu vejo aí um tripé, recursos humanos, dinheiro e gestão. Quer dizer, se esse tripé estiver junto, a coisa vai.

Elisabete: Outra coisa, eu vejo essa morosidade como causa de judicialização, o negócio demora muito, vai para a judicialização, e aí o governo nos diz que não tem dinheiro, porque está judicializado, porque ele não é rápido, não é possível que a gente numa empresa consiga fazer, e o governo fique nessa morosidade, e a gente reclama de gestão, e vocês falam que não, eu não entendo, então diz para nós o que precisa fazer.

Marcos Rogerio: Mas foi tido aqui, eu não disse que é problema de gestão. Mas que não é somente gestão. O que tem que ser feito é esclarecer o problema, definir as causas dele, e aí atuar nisso. Então assim, hoje, para alguns casos, o problema não é financeiro. Para alguns casos o recurso está em conta, e é problema de execução, certo? Mas se você não tem recursos humanos para executar, o recurso vai ficar lá e não vai ser executado. Agora sim, quando a (Alzita) diz de (SAD), a aquisição, na grande maioria o processo ele conclui, inicia e conclui dentro da (CES).

Ana: Oh, há muito tempo venho fazendo encaminhamento nesse pleno, assim como ministério público tá tomando atitude drástica, né, que o nosso secretário aqui mesmo coloca, que eles vão responder fisicamente, não é? Pessoalmente com os bens materiais dele, em relação à questão do (SUS), eu há muito tempo, hoje, nós estamos vendo que o Conselho Estadual de (Mato Grosso do Sul) se posicionou, ou vocês vão fazer o que está ali, que é o problema e nós vamos reunir apenas para dialogar. Nós não vamos deliberar mais nada para esse estado. Não vamos deliberar mais nada, e isso aconteceu com o conselho de saúde estadual de (Goiás), com o conselho municipal de (Cuiabá), e há muito tempo que eu estou falando, nós estamos já na saída dessa gestão, deixamos um déficit de 300 e...

Ambrósio: 250 milhões até...

Ana: 250 milhões, com todas as unidades esfaceladas, sem (RH) para essas unidades, com todos os problemas já aqui instalados, as causas a gente mais ou menos sabe, a execução que está precisando no (RH), então a gente poderia deliberar, a minha proposta aqui, é um prazo para gestão, da resposta à essa situação, que é problema, causa, execução e (RH). Ação, é uma resposta em ação, essa é minha proposta, e vocês podem, não, eu estou colocando a proposta. Que o prazo, a gente tenha aqui, alguém pensa aí, que eu estou né, por que, o que, que está acontecendo? A gente reúne com a gestão, é o mesmo problema, reúne com a gestão é o mesmo problema, ah é o dinheiro que está não sei onde, o problema não é desta gestão imediata, é da outra secretaria, e o conselho estadual não tem que ver esse problema, ele tem que ver a política de saúde, ele tem que ver como é que estão essas unidades. No monitoramento, a gente que vê que tá um caos, então, como que se responde isso? Dá prazo, o ministério público está dando prazo e tudo, mas isso aí, enquanto isso, infelizmente já faleceu a sua mãe, e quantas outras mães e filhos já faleceram gente? E nós estamos aqui, como eu estava falando com a colega (Sueli), eu estou com 5.8, deveria estar fazendo exercício né, então, ainda bem viu (Orlando), aí estamos aqui dialogando a mesma coisa, toda vez que a gente vem aqui sem resolutividade, porque o povo continua morrendo lá fora gente, então minha proposta é essa. O conselho não vai deliberar (PTA), (PTM), (PPP) e P nenhum, nós vamos enrijecer.

Ambrósio: Eu também quero falar, eu vou falar.

Marlene: Mas agora acho que era eu, faz horas que eu estou pedindo aqui.

Ambrósio: Tudo bem, deixa eu, depois você, você é gestão...

Marlene: Não conselheiro.

Ambrósio: Eu só detectei duas coisas aqui...

Marlene: Sim.

Ambrósio: (inint) [03:45:34].

Marlene: Conselheiro, que eu saiba também sou uma secretária adjunta, falou para os secretários adjuntos se manifestarem, eu vou me manifestar. Se não for meu direito aqui, me caçam meu direito entendeu? Pronto. Vou ser resolutiva logo no troço né, eu acho assim, que há várias coisas para dar encaminhamento. E aí eu vou jogar um pouquinho também (Ana), vocês podem até ficar revoltado comigo, uma responsabilidade também no conselho. No conselho. A secretaria de estado, eu estou falando isso lá que eu estou lá 8 anos, não sou servidora de carreira, mas isso vem sendo desmantelado, de anos por anos, e nós não estamos fazendo nada. E continuo não fazendo nada, porque os novos gestores vão chegar o ano que vem, em janeiro, dia 1º ele toma posse numa linda festa, e nós, vocês, vocês, vou falar eu por que eu estou, vou até me ausentar disso, porque eu sou gestão, e eu não sou servidora de carreira, dia 31 eu estou exonerada entendeu? Vocês enquanto conselheiras aqui, não vão apresentar nenhuma realidade, nem para esses candidatos que estão aqui agora. Porque vocês tinham que chamar, colocar esses senhores aí na frente, e apresentar a realidade da secretaria. E diminuir o número de candidato, para mim ir escolhendo qual que eu ia votar, que alguns iriam desistir, sabia? Porque tudo fica falando que ia falar isso, desculpa, uma merda aqui, uma merda ali outra merda ali e não perguntou nenhum momento pela secretária de estado de saúde, se era isso que ela precisa entendeu? É essa outra. Agora um outro detalhe, eu falei na semana passada, na reunião, na oficina do (PTA) que a gente tem que ir trabalhando essas duas linhas, a

gente tem que socorrer os usuários que estão aí, eles precisam lá o (Aduino Botelho), mas nós temos que entrar nessa outra linha que é a política nacional. A gente fala, tem recurso, tem recurso, desculpa secretário (Márcio), mas poucos recursos vem do ministério da saúde para essa política. Porque é uma política, como Doutor (Huarc) falou para que seja desestabilizado isso. Então nós vamos ter que começar a puxar um estado, o estado vai ter que levantar os setores da secretaria de estado de saúde, levantar e dizer, “vamos implantar a nova política”, entendeu? Agora nós não podemos ficar parados só pensando em estruturar, o (Aduino Botelho) que está aí sem implantar nova política. As duas coisas tem que correr paralelo entendeu? Pode colocar todo recurso da fonte 134, secretário (Marcos) lá, mas não vai resolver. O ministério condena. Nós tínhamos residência médica lá, perdemos porque não pode ter nesse tipo de hospital entendeu? Então o encaminhamento seria esse. Se ele está desmontado hoje, é culpa minha, é do (Marcos). É do secretário, é de tudo, mas é de vocês conselheiros também, que até o presente momento não fizeram nada a não ser vir que discutir, discutir, e não montaram um grupo, vamos dizer o que, que tem que fazer, o que, que não, e até os funcionários do (Aduino Botelho) mesmo, por exemplo, estamos lá, estamos com pouco atendimento, por que, que não vai lá ajudar agora a fazer, pelo menos lá que falta a gestão de pessoas? Na gestão do (Pedro Henri) ele desmontou a secretaria, desculpa eu falar. Desmontou. Tirou todo mundo dos setores lá, entendeu? Agora você vai repor como? Não pode contratar, não pode fazer concurso agora, não tem o dinheiro previsto para o concurso, o concurso está previsto para o ano que vem, porque esta mulher aqui, e eu aqui, e aquele ali, batemos no peito e colocamos, mas corremos o risco de responder ano que vem, que fizemos uma previsão para concurso ano que

vem, e que não tem o concurso previsto, não é isso, secretário (Marcos)? Mas a gente previu, a gente previu isso no (PTA), de fazer.

Ana: Eu só queria colocar da fala da conselheira (Marlene), que inclusive quando vem a deliberação da (CIB) aqui, eu coloco que o estado de (Mato Grosso) não tem política, todo dinheiro que vem, que é deliberado da (CIB) é da política nacional, é pouco? É sim, mas tem vindo sim recurso da política nacional, não vem conselheiro? Não vem secretário? É pouco, mas vem. O estado que não está investindo, agora quando você coloca que o conselho está errando, é conivente? É. Mas tem muitos conselheiros que estão há muito tempo aqui colocando que nós temos que parar para esse governos respeitar o controle social. Respeitar o povo de (Mato Grosso).

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiros, um adendo, faltam 15 minutos, nós precisamos encaminhar esse assunto, para colocarmos em votação dos dois encaminhamentos da primeira pauta. Então se for encaminhamento, é encaminhamento?

M: Encaminhamento, porque o seguinte, eu anotei o nome dela, é (Neuzalina) né?

F: Não, (Maria Idair).

Orlando: Ixi, eu anotei errado aqui. Desculpa, é o seguinte, ela trouxe uma questão pontual que é com relação o remédio, que teve que fazer complemento do pagamento do valor tanto, X, e eu quero colocar o seguinte, isso aí é pontual, fato concreto. Olha só, no meu entendimento, nós temos que colocar na resolução, que esse fornecedor que com certeza está sendo, está lá por incentivo fiscal, esse fornecedor, ele tem que ser denunciado. Salvo se a cláusula permite, não sei, porque ele tem que ser

denunciado, ele também tem que ajudar a salvar vidas, depois ele vai buscar as alternativas para recuperar. Eu acho que nós temos que também colocar isso, quem é esse fornecedor, que está possibilitando morrer pessoas? Morrer gente entendeu? Tudo bem, o estado paga mal, mas, então, ele tem que expor o estado. Entendeu? Ele tem que expor o estado, porque nós não temos costas (inint) [03:52:21].

Alzira Almeida Saldanha: Por favor, conselheiros, vamos manter a ordem. Nós precisamos encaminhar, eu gostaria que o (Orlando) encaminhasse, qual é o encaminhamento. Ficou pulverizado, escreva e encaminhe para a mesa que a gente lê. Eu prefiro que escreva para encaminhar para a mesa.

Orlando: Tá, então mas no caso aí, a gestão entende que esse fornecedor, pode ser denunciado, porque não há nenhuma cláusula que impossibilita a denúncia, é isso?

Marcos Rogério: Se ele recebeu devidamente o empenho é dever dele fornecer. Quando ele não o faz, a secretaria notifica esse fornecedor, e ele pode ser penalizado por se recusar a entregar.

Orlando: Então está explicado uai.

Marcos Rogério: Mas já está exposto ali, nós estamos notificando todos aqueles que estão se recusando a entregar. Isso é para justificar o atraso na entrega, itens que foram devidamente licitados, o empenho foi encaminhado para o fornecedor, e ele não entregou, aí nós notificamos ele.

Orlando: Então tá, então aí no caso é só então expor a notificação, é isso então.

Alzira Almeida Saldanha: (Ana), o seu encaminhamento.

M: De novo com relação à questão da licitação e a falta de pessoal. Não tem como fazer concurso, não tem como contratar. Mas sugestão, eu acho que tem como fazer remanejamento. E eu acho que esse conselho, por exemplo, a (CECOPA) não está licitando mais, e tinha uma estrutura grande. Por que, que esse conselho, junto com a própria gestão faz um ofício para o governador, referendando a necessidade de ter mais gente, e trazer gente da estrutura?

F: Já foi feito.

Alzira Almeida Saldanha: Já foi encaminhado sem solução. Oh, tem um encaminhamento aqui escrito, vamos ler para colocar em votação? Estou aguardando o seu Conselheiro (Orlando).

Orlando: Ele já explicou.

Alzira Almeida Saldanha: Ah então tá bom, então nós temos 1 encaminhamento dessa questão do (CIAPS) (Adauto Botelho), que o conselho estadual de saúde não delibere nenhuma pauta até que o governo resolva os problemas, causa e execução e (RH) das unidades da secretaria de estado de saúde. É a proposta da conselheira (Ana). Em...

F: Posso? Posso falar? Então eu acho a atitude válida, porém, por que, que a gente já não faz o que foi proposto aqui nesse conselho já por duas pessoas? Inclusive hoje pela gestão, eu como gestão, eu acho que a gente tem que ser, vamos chamar os representantes que estão postos aí para a próxima eleição, para evitar a fadiga do próximo ano já gente, vamos chamar, isso é encaminhamento também que não foi respeitado.

Alzira Almeida Saldanha: Gente, já está, por favor, já foi, já está sendo encaminhado, vocês já devem ter recebido, todos os conselheiros, uma

proposta de pauta, foi, eh, já está encaminhado, já foi mandado para os conselheiros, foi mandado para os conselheiros uma proposta de pauta para todos os candidatos, para que todos possam contribuir com a proposta de pauta. E já fizemos alguns contatos com alguns dos candidatos, então isso já está sendo encaminhado. Vamos colocar em votação então o encaminhamento...

Ambrósio: Eu pedi observação só para esse assunto ainda, esse assunto tem que passar pelo pleno, tem que ser deliberado para que possa ser chamado, e é hoje, é o dia para dar essa deliberação, e para convocar essa extraordinária, estou só colocando que é para não comer mosca, deixar passar o pessoal.

Alzira Almeida Saldanha: Nós temos então o encaminhamento da conselheira (Ana), que o conselho não delibere nenhuma pauta até... Conselheira...

F: (inint) [03:56:54].

Alzira Almeida Saldanha: Que o conselho não delibere nenhuma pauta até que o governo resolva o problema, causa e execução e (Rh) das unidades da secretaria de estado de saúde. Em regime de votação. Quem concorda, permaneça como está. Quem concorda permaneça como está. Quem discorda levante o braço. Quem discorda levanta o braço, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8? 8 votos contra, quanto nós estamos? 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8...

M: Posso justificar porque não foi discutido né?

Alzira Almeida Saldanha: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14. Proposta não aprovada.

M: É porque a proposta é para o conselho, não é para resolver, é uma proposta para nós mesmos, então não é um encaminhando para a questão, resolver o (Adauto Botelho), por isso que eu votei contra.

Alzira Almeida Saldanha: Tá bom, sim, este é o encaminhamento gente, eu chegou à mesa, esse foi o encaminhamento que chegou à mesa. Agora, tem algum encaminhamento conselheiro, desse assunto?

Ambrósio: Não tem mais, esse assunto já foi esgotado, já foi voto vencido, vamos continuando...

Alzira Almeida Saldanha: Gente, já votou, agora vamos, olha o regimento. O próximo é nós temos o encaminhamento da pauta, da primeira pauta que ficou de fazer, entrar em regime e votação, nós temos 2 encaminhamentos.

F: (inint) [03:58:57] e não tem nenhum encaminhamento objetivo, é isso? O que foi, a única proposta que tem aqui é da pauta, se por acaso (inint) [03:59:08].

Alzira Almeida Saldanha: Desculpa conselheira, mas foi assim que o pleno, os conselheiros se posicionaram.

Siriana: Só uma pergunta, só uma questão de esclarecimento, com o Doutor (Marcos), ficou alguma reunião agendada com o senhor? Foi realizada essa do dia 6 e foi feita várias proposta, depois ficou agendado com a equipe do (Adauto) uma outra reunião com o senhor para poder ir resolvendo os problemas? Para ir dando resposta?

Marcos Rogério: Foi feita reunião no dia 4, e ficou agendado que de 15 a 20 dias, iria passar a programação de resolução das questões que foram postas. Com relação à entrega de medicamentos, essa é a última

informação. Se for o caso, a gente pode marcar para semana que vem uma nova.

Siriana: Será que não seria o caso então de deixar uma próxima reunião agendada com a equipe do (Adauto) para o encaminhamento das reformas do prédio, essas outras situações, será que não é isso? Para continuidade da situação?

F: É isso aí (Siriana), é isso que eu ia falar, inclusive, tem vários processos aqui, é isso que eu tinha falado para ela, (inint) [04:00:11] mas... Não, espera aí.

Alzira Almeida Saldanha: Oh, por favor gente, oh, todos tiveram a oportunidade de falar e de encaminhar. Então se fossemos...

F: Pois é, mas não é encaminhamento, isso aqui não é encaminhamento. São, porque eu tinha feito em relação à marcar uma nova reunião com ele, para ver esses outros processos, eu falei para ela, mas ela queria que eu escrevesse. Então é encaminhamento, só que eu queria que escrevesse, então assim, nós temos vários processos aqui, que nós gostaríamos de passar na sua mão, por isso que não ficou como encaminhamento, sabe por quê? Eu passaria nas mãos dele esses processos, e isso ele estaria com ele segunda feira, às 10 horas com todas as unidades do (CIAP).

Alzira Almeida Saldanha: Isso é um encaminhamento, agendar. Eu pedi que encaminhasse, escrevesse gente.

F: Gente, desculpa, eu não sou conselheira, mas eu estou ficando, oh, o encaminhamento está complicado gente. Oh, deixa eu só falar uma coisa, quem está aqui quem faz uma proposta de encaminhamento, tem que ser objetivo, escrever o encaminhamento para chegar até à mesa. Porque se

ele é que faz o encaminhamento, ele é que tem que saber qual é a redação. E trazer até à mesa. Ponto número 1, ponto número 2, não dá para eu falar, falar, falar, não encaminhar e depois querer encaminhar. Nós precisamos cumprir o regimento. Eu sou nova aqui, a (Luciana) é nova, mas eu gostaria de contar com a colaboração dos conselheiros. Que se organizassem na fala, e preparassem o encaminhamento e fizessem chegar à mesa, para evitar esse conflito, porque é obrigação de cada conselheiro encaminhar, e não da mesa, quem está aqui presidindo fazer a redação. Porque é impossível fazer isso. Mesmo assim não dá tempo conselheira, mesmo assim não dá tempo, o conselheiro tem que ter o mínimo da obrigação de saber o que ele quer, e de redigir aquilo que vai para a votação. A interpretação faz com que ocorra equívocos, e que venha para a mesa de maneira equivocada, já me chegou aqui, um encaminhamento, fico feliz.

F: Posso falar só uma coisa, gostaria de fazer só um adendo, na reunião do conselho do mês de agosto, no dia 6 de agosto, ficou, um dos encaminhamentos era marcar uma reunião com os secretários e mais 2 conselheiros, eu, servidores do (Adauto Botelho), e essa reunião não foi marcada, então já tinha sido estabelecido esse encaminhamento na reunião de agosto, que eu acho que foram vocês 2, os conselheiros que participariam dessa reunião, e ninguém conseguiu marcar. Porque ele falou só da questão do medicamento. Mas o nosso problema não é só a falta de medicamentos, são outros problemas. Inclusive a falta de médicos. Não adianta só chegar os medicamentos lá e não ter o médico para prescrever. Eu gostaria que fosse marcado uma reunião, do jeito que foi estabelecido na última reunião do conselho, com 2 conselheiros, representantes do (Adauto Botelho), diretor do (Adauto Botelho) e os secretários adjuntos.

Alzira Almeida Saldanha: O secretário (Marco Rogério) e o secretário (Huarç)?

F: Exatamente, que é o que tinha ficado estabelecido. A data pode ser o mais breve possível.

Alzira Almeida Saldanha: Quais são os conselheiros, por favor, quais são os conselheiros que se dispõe à ir na reunião? Representante dos usuários? Então já tem...

F: Amanhã? Na próxima quinta? Qual horário? E segunda?

Alzira Almeida Saldanha: Secretário, você tem que...

Marcos Rogério: Se a reunião for para, nessa reunião vocês encaminharem isso aqui, a gente deliberar alguma coisa sim, mas se vocês quiseram informações dos processos, eu não tenho como levantar isso até amanhã.

F: Não, então, nós queremos uma reunião, porque inclusive, a lista desses processos, eu protocolei lá para ser entregue para o senhor. Eu protocolei na mesma semana daquela reunião. Mas existem as outras unidades que também tem os seus processo, nós queremos saber o andamento de cada...

Marcos Rogério: Aqui estão todos?

F: Quase todos, além desses, tem aqueles que o senhor entregou para a gente no dia da reunião. Eu entreguei um ofício com a lista dos processos da unidade 1, então nós temos esse levantamento, agora eu gostaria sinceramente que fosse estabelecida a data, e horário porque da última vez ficou estabelecido aqui, passou-se 1 mês, e não houve essa reunião com o senhor lá.

Marcos Rogério: Qual última vez?

F: A reunião do conselho.

Marcos Rogério: Mas eu não estava nessa reunião.

F: Não, ficaram de marcar, mas não marcou. Eu sugiro que seja na segunda feira, porque dá tempo...

Marcos Rogério: Volto a dizer, a secretaria faz, encaminha os processos de pagamento para a secretaria de fazenda às terças e quintas feiras, assim, eu tenho que me adequar lá, eu tenho que fazer os encaminhamentos dos processos, pode, se quiser marcar para segunda marca, mas não vai ser tão produtiva quanto se fosse na quinta, quinta feira às 09 da manhã.

Alzira Almeida Saldanha: Então fica encaminhado, já fica encaminhado uma reunião na quinta feira, às 09 horas da manhã, o local, na secretaria... Aonde? Não, na secretaria, na sala do conselho... A conselheira (Ana) e o Conselheira (Orlando), não? Eu vou, quinta feira às 09 horas, 11 de setembro. Agora tem mais, mais encaminhamentos aqui, por favor. Vamos logo. A (CES) gestão, apresentar um prazo para execução dos processos de aquisição, reforma e contratação. Gente, olha esse encaminhamento.

M: Não é melhor nós darmos o prazo?

Alzira Almeida Saldanha: Nós não podemos definir um prazo conselheiro, para algo que eles que vão executar. Eu acho que é preferível que a gente... E o outro encaminhamento é definir a agenda com gestão e trabalhadores do (CIAPS Adauto Botelho) mais 2 conselheiros, que já foi contemplado. Né, então vamos votar, a (CES) gestão, apresentar um prazo para execução dos processos de aquisição, reforma e contratação do (CIAPS Adauto Botelho). Em regime de votação, quem concorda, permaneça como está. Quem discorda levanta a mão, abstenção? Aprovado por unanimidade.

M: Presidente.

Alzira Almeida Saldanha: Tem uma outra ainda, mais um encaminhamento da conselheira (Cida). Que seja estabelecido uma agenda semanal de reuniões até a solução do problema. Quem concorda, permaneça como está. Que seja estabelecer uma agenda semanal, que eu acredito que seja conselheira, dos funcionários, 2 conselheiros e os 2 secretários. Até que se resolva o problema do (CIAPS Adauto Botelho). Em votação. Quem concorda permaneça como está. Quem discorda, se manifeste. Abstenção. (Alzita) se abstém, aprovado com uma abstenção da conselheira (Alzita). Eu só quero deixar claro, que essa agenda, a gente vai, o conselho vai ter que através da secretaria executiva, fazer, para que a gestão marque o dia, semanal adequado, ok secretário? A gente pode deixar estabelecido todas as quintas feiras secretário? Ou na reunião de quinta estabelece? Fechado.

Marcos Rogério: porque pode ser que toda quinta, em alguma outra semana tenha uma agenda junto ao secretário, junto à outra secretaria, aí a gente, é complicado marcar toda quinta.

Alzira Almeida Saldanha: Então na quinta vocês, toda quinta, então fica assim, agenda, toda quinta marca da semana seguinte de acordo com o andamento dos processos. Ok?

Jessé: Presidente, por gentileza, foi apresentado aqui pela (Alzita) um documento do Ministério Público que consta a (FPI) que foi feita em 2013, agora nós precisamos saber da resposta disso daqui pela secretaria estadual de saúde, eu quero a resposta disso daqui tá, eu quero a resposta disso daqui, porque envolve uma (FPI), envolve vários conselhos e profissionais, e a secretaria precisa se manifestar sobre as 400, mais de 400 não conformidades aqui, precisa se manifestar nisso. E eu gostaria, como

conselho regional de engenharia, e organizador dessa (FPI) de ver essa resposta. Estou pedindo para formalizar isso na secretaria, porque foi citado no processo.

Alzira Almeida Saldanha: Conselheiro, eu vou pedir um favor ao senhor, que encaminhe via e-mail a solicitação, que a secretaria executiva vai encaminhar para a gestão, pode ser assim?

Jessé: Ok, combinado.

Alzira Almeida Saldanha: Combinado. E finalmente vamos para a votação, do primeiro ponto de pauta, que nós temos 2 encaminhamentos. Vamos acrescentar, eu vou pedir um alargamento do tempo, porque nós não podemos deixar de votar, a votação é rápida gente, primeiro encaminhamento que diz respeito, considerando a ausência, como o encaminhamento é longo, eu gostaria que prestassem atenção. Considerando a ausência de amparo jurídico, para o funcionamento da comissão especial de acompanhamento dos, das organizações, dos contratos, das organizações sociais, conforme posto nos contratos de gestão entre a secretaria de estado de saúde, e as organizações sociais, este pleno delibera pela retirada dos nomes das conselheiras (Ana Maria Boabadi) e (Alzita Ormondi), enquanto membros representantes desse conselho na comissão especial de acompanhamento dos contratos entre a secretaria e as organizações sociais, e primando pelo interesse do bem público, o pleno deste conselho, recomenda, ao secretário estadual de saúde, que retorne os preceitos da lei, que retome os preceitos da lei, que estabelece a fiscalização dos contratos de gestão com as organizações sociais, através dos órgãos de controle interno e externo. Entendido? Em regime de votação.

Boabadi: Não está tendo muita clareza assim, que eu acho que o conselho estadual não deva mais fazer parte dessa comissão. Além da retirada, nós estamos pedindo para sair, (Alzita) e eu, além disso nós estamos recomendando, orientando o conselho estadual, que ele não participe mais dessa comissão.

F: Porque ele não participando, não dá paridade, não dá paridade ele tem que punir.

F: Sim, entendeu? Porque se sair só as duas conselheira, aí por exemplo, eu posso levar (inint) [04:13:55].

Ana: Então seria a cadeira do conselho eu acho.

Alzira Maria Saldanha: Então eu entendo que seria a retirada do assento do conselho, e o resto continua igual.

F: Exato.

F: Aí lá embaixo, aqui embaixo na comissão...

Alzira Maria Saldanha: Espera aí, retirada...

Ana: ...é, pela inexistência de instrumento jurídico que a constitui. (inint) [04:14:33].

Alzira Almeida Saldanha: Aí a retirada, porque aí fica assim, considerando a ausência de amparo jurídico, para o funcionamento da comissão especial, conforme posto nos contratos de gestão entre a (CES Mato Grosso) e as organizações sociais, esse pleno delibera pela retirada do assento do conselho estadual de saúde da comissão. Primando pelo interesse do bem público, o pleno desse conselho recomenda ao secretário de estado de saúde que retome os preceitos que a lei estabelece, extinguindo a comissão

e a fiscalização dos contratos de gestão com as organizações sociais, passe pelos órgãos de controle interno e externo.

F: (inint) [04:15:34] controle interno e externo não significa dizer que é, é a superintendência de controle e avaliação (inint) [04:15:42],

(Discussão fora do microfone)

Alzira Almeida Saldanha: Nós temos o entendimento, eu vou fazer uma proposta, nós votamos, antes de enviar, a gente redige, envia para todos os conselheiros, antes de registrar, pode ser assim? Oh, conselheiro, estou colocando para o pleno. Pode ser assim? Não tem jeito, olha...

Ambrósio: Senhora presidente, eu vejo com preocupação, a aprovação neste momento dando condições para um outro momento para, dando validade, é, vejo com essa ressalva.

M: Concordo, eu queria votar agora.

Ambrósio: E até de, eu acho que a votação tem que ser agora, a redação agora, se tiver algum...

Alzira Almeida Saldanha: Gente, a votação, desculpa...

M: Mas a proposta da (Alzira) é essa, não vai mudar conteúdo.

Alzira Almeida Saldanha: (Ambrósio) é porque a gente riscou aqui, então não vai mexer no teor não, é só no texto, pra arrumar linguagem, português.

Ambrósio: Só para correção então?

Alzira Almeida Saldanha: Só para correção. Não, no texto não, o pleno...

Ambrósio: Tem que ver o que, que vai nessa ata. Essa que é a preocupação. O que vai na ata, e depois que confirmar a ata, com aquilo que foi, que vai

ser, que vai para a resolução, aí que está o problema. Agora a resolução, o texto da resolução, é uma coisa, aí é outra... Não, o texto para mim tá bom, o texto tá ótimo.

Alzira Almeida Saldanha: Gente, nós vamos perder o quórum.

Ambrósio: O texto para mim está excelente, está ótimo.

Alzira Almeida Saldanha: Então vamos colocar em regime de votação? Por favor. Quem concorda permaneça como está, quem discorda levante os braços, tem alguma abstenção? Aprovado. Ainda tem um outro encaminhamento que é...

M: ...faltou a palavra deliberação.

Alzira Almeida Saldanha: Ahn? Deliberar uma auditoria independente e externa, para análise dos relatórios de prestação de contas dos contratos das organizações sociais referentes aos anos de 2011, 2012, 2013.

F: (inint) [04:19:00], o tribunal de contas está lá dentro, está fazendo isso.

M: Isso não invalida, só vai reforçar.

F: E não fomos nós que pedimos.

M: Tudo bem, mas não...

F: Está lá, o (TCE) e o (TCU)...

Alzira Almeida Saldanha: Em regime de votação, quem concorda permaneça como está? Em discorda levante o braço? Abstenção? Aprovado por unanimidade. Eu gostaria só de ainda colocar nesse pleno, antes que vocês se levantem né, nós estamos com esse propósito de chamar os candidatos, para uma conversa, para mostrar as condições que se encontra

a saúde no estado de (Mato Grosso), e eu gostaria de passar por esse pleno se a aprovação disso.

F: Aprovado.

Alzira Almeida Saldanha: Todos aprovam? Então os senhores já receberam, por gentileza, os senhores já receberam os diferentes pontos de pontos, eu gostaria que todos colaborassem, posteriormente a gente chama para uma reunião ampliada para deliberar isso, enxugar, encaminhar e estabelecer a estratégia.

F: Mas todos eles (inint) [04:20:34].

Alzira Almeida Saldanha: De preferência, sim, o chamamento são todos juntos.

F: (Alzira) só uma questão... Eu estou muito preocupada, porque já desde o começo, desde que assumiu o novo pleno aqui do conselho, a gente fala das comissões que não funciona. Mas ela não está estabelecida. Como é que a gente, sabe? Já é a quarta, quinta vez que a gente põe na pauta e não dá tempo.

F: Mas ficou deliberado que as pessoas interessadas nas comissões, enviassem via e-mail para a secretaria...

F: Já foi mandado...

F: (inint) [04:21:35].

M: (inint) [04:21:36]. A primeira pauta é isso aqui, sem (inint) [04:21:46].

F: Pessoal olha só, já foi mandado, hoje era só para ler a lista, e aprovar, já está feita essa relação, a relação já está pronta, porque nós mandamos a nossa em junho, já está pronta, então o que tem que fazer é a secretaria

executiva aqui, no dia da reunião e ler a redação e pronto, e concluir na ata, está pronto isso. Não, já foi mandado para todos os conselheiros manifestar qual comissão ele vai estar. Já foi feito isso, eu estou em duas, nós estamos em duas.

(Discussão fora do microfone)

[04:23:55]



audiotext

Audiotext Serviços e Cia. LTDA

CNPJ: 17.429.373/0001-85

(41) 3363-3220

falecom@audiotext.com.br

audiotext.com.br